



Parcerias empresas e 3º setor na Amazônia

João Meirelles Filho

Colaboração: Carolina Toledo e Daniel Ferreira

Documento para discussão

Responsabilidade Social Corporativa

2007

“A sustentabilidade é simplesmente o ponto de encontro entre destruição e restauração.” Paul Hawken

“este, em resumo, é o grande desafio de nosso tempo: criar comunidades sustentáveis – isto é, ambientes sociais e culturais onde podemos satisfazer as nossas necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras”.
Frijof Capra, “A teia da vida”¹

“Sucede que a floresta não pode dizer. A floresta não anda. A selva fica onde está. Fica à mercê do homem. Por isso é que há quatro séculos o homem vem fazendo da floresta o que bem quer, sempre que pode. Com ela e com tudo o que vive nela, dentro dela. A floresta entrega o que tem. São séculos de doação do que a floresta amazônica tem de bom para a vida do homem da região e das mais afastadas partes da terra.” Thiago de Mello – Mormação na floresta

¹ Capra, Fritjof, pg 24

Introdução – Os efeitos da globalização

O que representa a Amazônia num mundo globalizado?

Qual o papel da Amazônia no planeta?

A visão sobre a Amazônia mudou significativamente nos últimos cinco anos. Se era vista como um problema “menor” no Brasil (secundário, de fundo de quintal) ou no Planeta, esta passou ao centro das atenções, seja pelas dimensões da destruição pelo homem, seja por sua contribuição ao aquecimento global (queimadas e desmatamento) ou pela continuidade do genocídio de povos tradicionais. Os desafios ambientais e sociais da Amazônia estão diretamente relacionados a questões globais. Segundo Dr. Alfredo Homma², da EMBRAPA, “a solução dos problemas na Amazônia não são independentes, mas conectados com outras partes do País e do mundo. A redução da extração madeireira predatória na Amazônia, por exemplo, depende dos plantios de madeira no Sul e Sudeste, seus maiores consumidores, bem como da redução da pobreza no Nordeste e dos minifúndios no Sul do País.”

É preciso compreender a Amazônia no contexto global:

- 1. A Amazônia pertence a oito países, e que não possuem um projeto conjunto de Amazônia³. O Brasil detém mais de 50% de sua área;*
- 2. Trata-se de uma das últimas grandes fronteiras não ocupadas pelo homem, onde há terras agricultáveis cobertas por florestas tropicais e ecossistemas associados do bioma amazônico;*
- 3. A produção medida pelo PIB – Produto Interno Bruto da região é insignificante diante do cenário brasileiro, inferior a 10% diante de um território superior a metade do país;*
- 4. A Amazônia é uma das três marcas mais lembradas do mundo, ainda que não seja uma “marca” propriamente dita;*
- 5. A Amazonia é o bioma com maior biodiversidade do globo, boa parte da qual ainda desconhecida ou pouco conhecida;*
- 6. A Amazônia é uma das áreas de maior número de nações indígenas e diferentes culturas tradicionais (sociodiversidade), 180 nações no Brasil, cerca de 400 na Amazônia continental;*
- 7. A Amazônia sofreu grandes transformações nos últimos 50 anos. No caso da Amazônia brasileira, o desmatamento chega a quase 20% de sua cobertura vegetal. O mais importante é considerar que as transformações estão em pleno andamento e a crise se agrava no Brasil e também no Peru, Bolívia e Colômbia;*

² Homma, Alfredo Kingo Oyama, “Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição?”, USP, Revista Estudos Avançados, vol.19 no.54 São Paulo Aug. 2005, DOSSIÊ AMAZÔNIA BRASILEIRA II.

³ A OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica não possui uma proposta consistente sobre a região e que seja conhecida e reconhecida por seus dirigentes e cidadãos.

8. *A se continuar no ritmo atual de destruição, nos próximos 50 anos, a Amazônia perderá mais de 50% de sua cobertura vegetal e muitas regiões entrarão em colapso ambiental;*
9. *Em termos de uso do território, as visões do que é melhor para a Amazônia tendem a divergir cada vez mais. De um lado, os “progressistas”, que propõem ocupar o máximo de território da Amazônia, e propalam o crescimento a qualquer preço, baseado no agronegócio (a visão dominante), e, de outro, diversos movimentos, de certa forma dispersos, sociais, ambientais e culturais, que propõem o revocacionamento apenas para o que já foi destruído. Para Arnt e Schawartzman “as chances perduram no claro-escuro da floresta. Não será um encontro harmonioso, com atores compenetrados e dinâmicas reguladas... a penetração na Amazônia é uma saga turbulenta”;*⁴
10. *Há crescente inquietude em países desenvolvidos diante da incapacidade do Brasil e dos outros países amazônicos em conservar a Amazônia.*

Na Amazônia brasileira a globalização está presente de uma forma evidente. Para o pensador brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, “queiramos ou não, o Brasil se amazonizou, é nesta região que se travam as grandes batalhas econômicas, políticas e ideológicas do país”⁵. especialmente para as comunidades tradicionais de regiões de antiga colonização, como o Nordeste Paraense.

*Diante desta crise socioambiental Eduardo Viveiros de Castro propõe “reinventar uma relação com a natureza (que se é mãe, é também filha da invenção) o que exigirá uma reinvenção da sociedade”.*⁶

A globalização e os limites para o crescimento econômico mundial

Qual o impacto da globalização no meio ambiente?

“Somos uma espécie direcionada para a destruição; só quando algo está próximo de ser destruído levantamo-nos em sinal de protesto”. Donald Perry

A globalização popularizou as questões ambientalistas. Fala-se abertamente sobre o desmatamento na Amazônia, o aquecimento global e, de forma crescente, sobre as florestas tropicais e a biodiversidade⁷.

Para o IV Relatório do Painel Inter-governamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC: “o aquecimento do sistema climático é inequívoco, como se tornou agora evidente a partir de observações do aumento das temperaturas médias globais do ar

⁴ Arnt, R e Schwartzman, S. Op cit pg 32.

⁵ Castro, Eduardo Viveiros, op cit pg 17

⁶ Castro, Eduardo Viveiros, Op cit, pg 16.

⁷ Ainda que no Brasil não se compreenda o que sejam florestas tropicais, a conservação da Mata Atlântica e da Amazônia são questões importantes para os brasileiros segundo diversas pesquisas de opinião pública. Vide www.sosmataatlantica.org.br

e dos oceanos, derretimento generalizado da neve e do gelo e da elevação global do nível médio do mar”.

Da mesma forma, o relatório Stern⁸ aponta que “os benefícios de uma ação forte e precoce ultrapassam consideravelmente os custos. As nossas ações nas próximas décadas poderiam criar riscos de ampla desarticulação da atividade econômica e social, mais tarde, neste século e no próximo, numa escala semelhante à que está associada com as grandes guerras e a depressão econômica da primeira metade do século XX. E será difícil reverter estas mudanças”.

Um dos principais pensadores da atualidade, o cientista Jered Diamond, em seu livro “Colapso – como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso”⁹ resume os principais problemas ambientais da Humanidade em doze questões, a saber:

- 1. A destruição dos habitats naturais, especialmente através do desmatamento, “o desmatamento foi um fator ou o maior fator, em todos os casos de colapso de sociedades passadas”;*
- 2. Os alimentos de fontes naturais (silvestres), especialmente peixes, contribuem para uma porção significativa de proteínas animais consumidas pela Humanidade e desaparecem rapidamente;*
- 3. Uma parte significativa das espécies em seu meio natural, populações e diversidade genética já foi eliminada, e, no ritmo atual, uma boa parte do que ainda resta será perdido nos próximos 50 anos;*
- 4. Os solos utilizados para a agricultura e pecuária estão sendo perdidos em função da erosão pela chuva e ventos de 10 a 40 vezes a capacidade dos solos se reconstituírem, e no caso de áreas desflorestadas, de 500 a 10 mil vezes;*
- 5. A maior parte das fontes de energia das sociedades industriais é de e origem fóssil;*
- 6. A maior parte das águas doces de rios e lagos estão sendo utilizadas para irrigação, uso doméstico e industrial e, localmente, para transporte, pesca e recreação;*
- 7. A capacidade do planeta de prover energia para a fotossíntese e possibilitar o cultivo agrícola e de espécies selvagens é finita. Com o crescimento da população mundial a maior parte desta capacidade em 50 anos será utilizada para fins humanos, restando pouco para prover energia para os ecossistemas naturais como as florestas;*
- 8. As indústrias, especialmente as químicas, liberam substâncias artificiais, sintetizadas pelo homem ou presentes naturalmente em pequenas concentrações (exemplo: mercúrio) no ar, solos, oceanos, lagos e rios;*

⁸ O Relatório Stern, encomendado pelo governo britânico para o economista Nicholas Stern, do Banco Mundial acerca do impacto econômico das mudanças climáticas foi apresentado em 2006 e gerou grande polêmica, inclusive em relação à soberania da Amazônia.

⁹ Diamond, Jered “Collapse: how societies choose to fail or succeed”, Penguin Books, London, United Kingdom, 2005, 575 pg, das pgs 486-496, tradução de João Meirelles Filho apenas para o presente texto.

9. *A dispersão de espécies exóticas causa grandes rupturas nos ambientes naturais e na agropecuária nas regiões onde estas não são nativas;*
10. *As atividades humanas (incluindo a pecuária) produzem gases que são liberados para a atmosfera onde danificam a camada de ozônio ou contribuem para o efeito estufa;*
11. *A população humana continua a crescer. Mais gente demanda mais comida, espaço, água, energia e outros recursos;*
12. *O impacto de bilhões de habitantes em busca do estilo de vida daqueles que possuem o mais alto estilo de vida do planeta (na média, cada cidadão dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão consome 32 mais recursos, como os combustíveis fósseis, e gera 32 vezes mais lixo, que os habitantes do 3º mundo. "Há os otimistas que dizem que o mundo suportaria 2 vezes a população atual mas eu não encontrei ninguém que aceita que o mundo suporte 12 vezes o impacto atual (o que significa que o 3º mundo adotaria os padrões de vida do primeiro mundo)". O maior desafio seria "encorajar e colaborar para que todas as pessoas alcancem um melhor nível de vida, sem que inviabilizem seu próprio nível de vida ao explorar os recursos globais".¹⁰*

Para Diamond bastaria um único dos doze problemas acima expostos para limitar o estilo de vida da Humanidade nos próximos cinqüenta anos, uma vez que nossa sociedade encontra-se em uma jornada não sustentável. Para Diamond, não se trata de escolher qual seria o "principal problema" destes doze, uma vez que qualquer um deles pode causar imensos prejuízos e cada um interage com os outros. "Se resolvermos onze dos problemas, mas não o décimo segundo, continuaremos em grande dificuldade, qualquer seja o problema que restou não resolvido. Temos que resolve-los todos".

Diamond acredita que a humanidade resolverá estes problemas, de qualquer maneira, "durante o período de vida de nossas crianças e jovens" (ou seja, nos próximos cinqüenta anos)... "a única questão é se estes problemas serão resolvidos de uma maneira prazerosa e segundo nossa escolha, ou de maneira nada agradável e fora de nosso controle, provocando guerra, genocídio, fome, epidemias e o colapso de sociedades".

A globalização e a distribuição de renda

Qual o impacto da globalização para os mais pobres?

O recente processo de globalização vem causando crescentes desigualdades. Para o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos¹¹ "o aumento das desigualdades tem sido tão acelerado e tão grande que é adequado ver as últimas décadas como uma revolta das elites contra a redistribuição da riqueza com a qual se põe fim ao

¹⁰ Diamond, Jered, op cit pgs 486-496

¹¹ Santos, Boaventura de Sousa, "Os processos da globalização", Revista Crítica de Ciências Sociais, 2002, 71 pg., in pg 9

período de uma certa democratização da riqueza iniciado no final da Segunda Guerra Mundial”.

Ladislaw Dowbor¹² lembra que, segundo o Instituto Mundial de Pesquisas sobre a Economia do Desenvolvimento, da Universidade das Nações Unidas, em relação ao patrimônio acumulado familiar (household wealth) “o decil¹³ superior de riqueza era dono de 85% da riqueza global no ano de 2000. Os 2% mais ricos do mundo tinham mais da metade da riqueza global, e o 1% mais rico detinha 40% de toda a riqueza familiar. Em contraste, a metade de baixo da população adulta mundial detinha meramente 1% da riqueza global”.

Se considerarmos a América Latina, segundo a ONU¹⁴, no período de catorze anos, de 1990 a 2004, houve um pequeno decréscimo nas pessoas com renda inferior a US\$ 1/dia (de 10,3% para 8,7%). No caso da distribuição de renda a situação piorou. O 20% mais pobres tiveram sua participação no bolo da renda diminuída de 2,8 para 2,7% .

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Mundial (World Development Report) de 2006, África e América Latina apresentam os mais altos níveis de desigualdade do mundo. O Brasil é um dos campeões mundiais de desigualdade (os 10% mais ricos controlam 57,8% do PIB enquanto os 20% mais pobres beneficiam-se com apenas 2,6%)¹⁵.

Na Amazônia esta situação é ainda mais crítica, especialmente nas áreas consideradas como bolsões históricos de pobreza como as de antiga colonização – como o arquipélago do Marajó¹⁶ e na mesoregião do Nordeste Paraense (a mais desmatada da Amazônia, onde 2/3 da cobertura vegetal original foi substituída).

Esta desigualdade exacerba os desequilíbrios entre os gêneros, classes e raças, especialmente para os jovens, mulheres, quilombolas, ribeirinhos e indígenas, aumenta a pobreza e a depredação do capital natural (no caso do Nordeste Paraense esta se refere à degradação dos solos agrícolas, e a diminuição dos estoques naturais de recursos pesqueiros).

Resulta daí que os grupos em desvantagem não têm acesso ao mercado, aos recursos financeiros e materiais e sua capacidade de influir nos processos de tomada de decisão política é mínima.

Para Boaventura de Sousa Santos¹⁷, “A economia é, assim, dessocializada, o conceito de consumidor substitui o de cidadão e o critério de inclusão deixa de ser o direito para passar a ser a solvência. Os pobres são os insolventes (o que inclui os consumidores que ultrapassam os limites do sobreendividamento). Em relação a eles devem adotar-se medidas de luta contra a pobreza, de preferência medidas

¹² Dowbor, Ladislau, “O interesse social versus o ambiental”, Jornal A Gazeta Mercantil, in Opinião, , pg A3, 10.7.2007

¹³ Decil, ou seja, dez por cento.

¹⁴ Informe das Nações Unidas sobre Objetivos do Milênio (ODM) em julho de 2007, a partir de indicadores de diversos órgãos da ONU.

¹⁵ Levantamento realizado pela Secretaria da Receita Federal e pelo The Boston Consulting Group e divulgado pela Folha de São Paulo em 15.7.2007 demonstra que os milionários no Brasil (aqueles que possuem mais de R\$ 1 milhão, cerca de 130 mil pessoas) em 2006 possuíam metade do PIB Brasileiro (cerca de US\$ 573 bilhões), um crescimento de 6,11% em relação ao ano anterior.

¹⁶ O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó” proposto em 2006 pelo Governo Federal demonstra que o IDH Médio do Marajó é de 0,627 comparado ao médio brasileiro de 0,792.

¹⁷ Santos, Boaventura de Sousa, “Os processos da globalização”, pg 32.

compensatórias que minorem, mas não eliminem, a exclusão, já que esta é um efeito inevitável (e, por isso, justificado) do desenvolvimento assente no crescimento econômico e na competitividade a nível global”.

Para o autor¹⁸ “a produção de globalização implica, pois, a produção de localização. Longe de se tratar de produções simétricas, é por via delas que se estabelece a hierarquização dominante no sistema mundial em transição. Nos seus termos, o local é integrado no global por duas vias possíveis: pela exclusão ou pela inclusão subalterna. Apesar de, na linguagem comum e no discurso político, o termo globalização transmitir a idéia de inclusão, o âmbito real da inclusão pela globalização, sobretudo econômica, pode ser bastante limitado. Vastas populações do mundo, sobretudo em África, estão a ser globalizadas em termos do modo específico por que estão a ser excluídas pela globalização hegemônica. O que caracteriza a produção de globalização é o fato de o seu impacto se estender tanto às realidades que inclui como às realidades que exclui. Mas o decisivo na hierarquia produzida não é apenas o âmbito da inclusão, mas a sua natureza. O local, quando incluído, é-o de modo subordinado, segundo a lógica do global. O local que precede os processos de globalização, ou que consegue permanecer à margem, tem muito pouco a ver com o local que resulta da produção global da localização. Aliás, o primeiro tipo de local está na origem dos processos de globalização, enquanto o segundo tipo é o resultado da operação destes”.

Uma das conseqüências da globalização, segundo a economista norte-americana Hazel Henderson¹⁹ é que “muitas vezes, tirar pessoas de seus modos tradicionais e de suas comunidades para áreas urbanas monetarizadas – onde há promessas de “desenvolvimento” e propaganda da “boa vida” (good life) – provou ser insustentável e conduziu estas populações a muitas tragédias”.

²⁰). Segundo análise da Royal Tropical Institute²¹, o sentido da “falta de poder” é um fator significativo na análise da pobreza e de suas causas. É crucial ater-se às questões de empoderamento para influenciar a redução da pobreza. O empoderamento econômico é um elemento chave neste processo.

A globalização e o desaparecimento das florestas tropicais

**Qual a importância das florestas tropicais para o Homem?
O que estamos tentando proteger?**

“Os melhores tempos estão, na verdade, diante de nós. Se conseguirmos manejar as florestas tropicais de forma sustentável para aproveitar a sua miríade de produtos, nós seremos beneficiados pela sua existência em muitas maneiras que a maioria das pessoas jamais sonhou. Por menos que possamos acreditar, nosso futuro está intimamente ligado ao futuro das florestas tropicais.” Norman Myers

¹⁸ idem, op cit, pg 37.

¹⁹ Henderson, Hazel, “Corporate social responsibility and poverty”, III Arpel Symposium “business social responsibility in the Americas”, Rio de Janeiro, 05.2004, www.hazelhenderson.com

²⁰ In “Mel selvagem da Amazônia”, proposta conjunta do Instituto Peabiru e Royal Tropical Institute, 2007.

²¹ Op cit nota 21.

As florestas tropicais são os mais complexos domínios ecológicos e os mais promissores como fontes de novas matérias-primas. No entanto, são os menos conhecidos e mais suscetíveis à má utilização pelo homem, presentes em nosso dia-a-dia em milhares de formas, sem que possamos notar: nos remédios, nos alimentos, nos pneus dos carros, na madeira do telhado ou da janela, na camisinha, na goma de mascar, nos perfumes, no estofamento do banco do automóvel etc. Para Norman Myers²², “não compreenderemos inteiramente a vida enquanto não compreendermos as florestas tropicais.”

Para o prêmio Nobel de economia, Joseph E. Stiglitz²³, “a destruição das florestas tropicais está entre as maiores catástrofes ambientais de nossa era.” Estima-se que há dois mil anos as florestas tropicais ocupassem 12% da superfície terrestre do planeta. Hoje cobrem pouco mais de 9% (uma diminuição de 25%)! A gravidade está em reconhecer que a maior parte do desmatamento ocorreu nos últimos cinquenta anos. Calcula-se que o Planeta perca cerca de 5% das florestas tropicais a cada década, o que faz prever o desaparecimento de metade das florestas tropicais em cinquenta anos.²⁴

Do que resta, 9.200 milhões de hectares, calcula-se que a Amazônia possua cerca de 659 milhões de hectares (71,7%)²⁵. A Amazônia ocupa 50% da superfície da América do Sul, esparramada por nove países: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Inglesa, Peru, Suriname, Venezuela e Brasil. Mais da metade da Amazônia está no Brasil.

Dos duzentos países do globo, cerca de metade possui florestas tropicais, e deles cerca de trinta e cinco apresentam áreas significativas. O Brasil é o país com maior superfície de florestas tropicais do globo, com 390 milhões de hectares (95% dos quais na Amazônia), mais de 1/3 do total mundial, o que o torna o país com a maior área de florestas tropicais. É também o país que mais desmata.

O grande desafio segundo Chomitz²⁶ é que “as florestas tropicais desempenham um papel vital para as pessoas pobres”, pois cerca de 70 milhões de pessoas vivem em áreas de florestas tropicais e outros 735 milhões de pessoas vivem na floresta tropical ou em suas redondezas. Somente na Amazônia brasileira são 23 milhões de pessoas.

Para Dr. Ghilleen T. Prance “a nossa sobrevivência depende da diversidade. A continuação da vida no planeta necessitará de todo o material genético disponível.” As florestas tropicais, devem conter cerca de metade das espécies vivas²⁷, proporção que ainda deverá crescer significativamente. A Amazônia continental é a região de maior diversidade biológica do planeta. Em apenas 4% da superfície terrestre acredita-se que esteja mais de ¼ de todas as espécies vivas.

²² Myers, Norman “The primary source: tropical forests and our future”, WW Norton & Company, New York & London, 1984, 399pg.

²³ Em artigo na *Folha de S. Paulo*, em 28/12/2005, por Joseph E. Stiglitz, “Ação brasileira gera importante avanço”

²⁴ Chomitz, Kenneth M. “At loggerheads? Agricultural expansion, poverty reduction, and environment in the Tropical Forests”, The World Bank, Washington DC EUA, 2007, 284pg, in pg 1

²⁵ Conservation International, “Corredor de Biodiversidade do Amapá”, 2006

²⁶ Chomitz, op cit, in pg 2.

²⁷ Ibidem

A sociodiversidade da Amazônia

Qual a importância da sociodiversidade da Amazônia?

“Se o Brasil não quiser perder o tal bonde da história, então precisa, em lugar de encorajar o capitalismo selvagem, aprender a capitalizar a selva, transformando a natureza em símbolo da cultura” Eduardo Viveiros de Castro, ²⁸

Para a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, “o Brasil é um dos países megadiversos do mundo, não nos referimos aqui somente à diversidade de organismos biológicos, mas igualmente à sociodiversidade, ou seja, às diferentes sociedades e grupos que compõem a população.”²⁹

Na Amazônia continental vivem 400 nações indígenas, 180 das quais em território brasileiro³⁰, com suas próprias culturas, línguas, mitos e saberes³¹. A sobrevivência destes povos está diretamente relacionada à integridade de seus territórios e à valorização de seu papel na construção de uma nova civilização. Além disto, as comunidades indígenas desempenham importante papel de conservação da biodiversidade.³²

Além dos povos indígenas há as comunidades tradicionais (as comunidades caboclas³³). Para o Instituto de Pesquisas da Amazônia - IPAM o futuro da floresta depende do destino dos 6 milhões de habitantes das zonas rurais da Amazônia. Destes, cerca de 2 milhões são o que se conhece como comunidades tradicionais. Vivem em mais de 30 mil comunidades tradicionais e são os castanheiros, pescadores artesanais, seringueiros, ribeirinhos (beiradeiros), quebradeiras-de-coco, palmiteiros, peconheiros, balateiros, marisqueiras etc. Formada por pequenos agricultores e comunidades extrativistas.

Vivem da pesca, caça, plantio de mandioca e uma pequena roça de subsistência, complementado pela coleta de produtos da floresta, dos rios e dos mangues – fibras, cipós, remédios, frutas, cascas, gomas, resinas etc.

São os herdeiros dos conhecimentos indígenas e da cultura da floresta tropical e ocupam cerca de 1/3 das florestas. A maior parte possui insegurança em relação ao acesso à terra, uma vez que o reconhecimento da propriedade rural é praticamente

²⁸ Viveiros de Castro, Eduardo, op cit pg 16

²⁹ Cunha, Manuela Carneiro da “uma visão geral da biodiversidade brasileira...”, Museu da Língua Portuguesa, São Paulo, SP, 22 pg in www.estacaodaluz.org.br

³⁰ ISA, “Povos indígenas no Brasil”,

³¹ A maior parte dos povos indígenas no Brasil, do ponto de vistas demográfico, é de sociedades com muito poucos indivíduos (3/4 apresentam população de até mil pessoas) e está ameaçada.

³² Em estudo do IPAM, ISA e Woods Hole Institute na Conservation Biology de 02.2006 conclui que as reservas indígenas na Amazônia se apresentam como melhor protegendo a biodiversidade que as demais unidades de conservação. Metade das terras indígenas da Amazônia está protegida juridicamente (plenamente regularizada). O maior desafio, no entanto é conter a invasão de garimpeiros, ladrões de madeira, traficantes de animais e colonos e com alterações drásticas de seu modo de vida a partir da entrada de missionários religiosos em seu meio.

³³ Segundo Meirelles, João no “Livro de Ouro da Amazônia”, “caboclo ou caboco – refere-se ao habitante da zona rural. Segundo Teodoro Sampaio, a palavra tem origem Tupi, “caá-boc”, ou “aquele que habita o mato”.”

inexistente em suas áreas. As pressões da fronteira pioneira de ocupação são muito superiores à capacidade destas comunidades em se organizar e defender seus interesses. Na maior parte das vezes estas comunidades enfrentam madeireiros ilegais, grileiros de terra, armados e mal intencionados.

A criação das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável como unidades de conservação de uso indireto, ainda são insuficientes para atender à grande maioria das comunidades tradicionais.

Para o IPAM, uma vez que se encontrem produtos e serviços que lhes garantam renda adequada, essas comunidades se tornarão motivadas a proteger e manejar seus recursos naturais de maneira sustentável. O Instituto Peabiru considera como um de seus públicos prioritários as comunidades tradicionais da Amazônia, especialmente aquelas já organizadas em associações ou cooperativas.

De que Amazônia estamos falando?

A valoração da Amazônia

“Houve três grandes modelos de ocupação dos espaços na Amazônia: um primeiro e mais antigo, de ordem pontual; logo, um outro no século passado, de caráter linear e beradeiro, forçado pelo extrativismo das seringueiras nativas; e agora, pós-ciclo da borracha, uma ocupação caótica, inter-fluvial e irracional, de abrangência areolar, ligado ao monótono ciclo das agropecuárias.” Aziz Ab’Saber³⁴

Para o cientista Charles Clement, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, é possível medir o valor da floresta amazônica de cinco maneiras.³⁵

- 1. O valor econômico, medido através do Produto Interno Bruto - PIB, na verdade o único valor aceito por todos. Dos R\$ 16 bilhões do PIB da Amazônia somente R\$ 9 bilhões vêm de fato de sua biodiversidade (madeira tropicais 5,33 bilhões (0,34% do PIB do Brasil) e pesca R\$ 0,47 milhão (0,03% do PIB dos países). A Amazônia contribui com 7,33% do PIB do Brasil (R\$ 114 bilhões diante de R\$ 1.555 bilhões). Os produtos florestais não madeireiros representam uma parcela insignificante da economia da Amazônia (inferior a R\$ 100 milhões, onde somente a castanha-do-Brasil³⁶ e o açaí³⁷ se destacam³⁸).*
- 2. Valor ecológico – também conhecido como “serviços ambientais” – estimados por alguns³⁹, mas que não faz parte da contabilidade das empresas e governos, ou seja, estes serviços são utilizados por todos, mas ninguém os paga. Entre eles estão a contribuição da umidade da Amazônia para a agricultura do Centro Sul do Brasil, a contribuição da Amazônia para a regulação do clima do planeta, a*

³⁴ Ab’ Saber, Aziz, prefácio de “Warren Dean e a memória de uma grande luta” in Dean, Warren, “A luta pela borracha no Brasil – um estudo de história ecológica”, (título original: “Brazil and the struggle for rubber”), Editora Nobel, São Paulo, 1989, 286 pg

³⁵ Clement, Charles, INPA, apresentação oral na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, Belém, julho de 2007.

³⁶ Castanha-do-Brasil ou castanha-do-Pará, *Bertholetia excelsa*, e Açaí – *Euterpe oleracea*

³⁷ Para Charles Clement em comunicação oral à SBPC, julho 2007, “Somente os habitantes de Belém consomem 400 toneladas do fruto por mês, enquanto a soma do consumo dos outros estados brasileiros é de 40 toneladas. O açaí é um fenômeno recente que dificilmente será replicado em outras regiões ou países, devido às condições únicas de plantio no Norte brasileiro”

³⁸ Para a diretora de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente, Muriel Saragoussi, a produção nacional de produtos do extrativismo tem potencial subutilizado no mercado. “Esses produtos representam hoje apenas 0,4% do PIB. É preciso multiplicar esse percentual”, Informe MMA – No 129 de 23.7.07

³⁹ Constanza, R., 1984. Natural Resource valuation and management: toward an ecological economics. In: A. M. Jansson (Editor), *Integration of Economy and Ecology: An Outlook for the Eighties*. University of Stockholm Press. Entre outros estudos – Constanza calcula que os serviços ambientais somariam US\$ 33 trilhões diante de um conjunto de PIBs de todos os países de US\$ 18 trilhões.

biodiversidade, a capacidade dos mangues de reproduzir peixes para o Oceano Atlântico etc. O recente mercado de carbono inicia a valoração destes serviços.

3. *Valor estético – da mesma maneira, ninguém paga por ele e poucos estão dispostos a pagar (turistas, talvez? Ecoturistas, provavelmente, e mesmo assim, de forma limitada). É a sensação de bem estar de saber que a Amazônia está sendo preservada.*
4. *Valor ético – ou seja, o direito à vida, o direito de garantir a integridade de um bioma único, o fato da Amazônia pertencer, igualmente às gerações futuras do Planeta⁴⁰.*
5. *Valor da oportunidade – que poderia se basear nas milhares de possibilidades que a Amazônia poderia gerar para a produção de alimentos, remédios, combustíveis, para o ecoturismo, a partir de sua biodiversidade, espaço, culturas etc. Estes não são valores econômicos pois não há conhecimento suficiente ainda. Neste sentido, Clement comenta que a Amazônia recebe apenas 4% dos investimentos federais em educação diante de 59% do território, 12% da população e 7% do PIB.*

Entre as conclusões de Clement estão de que a biodiversidade amazônica representa menos de 1% do PIB do Brasil. Assim, parece contraditório possuir a maior e mais biodiversa floresta tropical do planeta e dela nada extrair economicamente.

Para Berta Becker⁴¹, “a floresta amazônica só vai ser conservada quando lhe for atribuído um valor tal que a torne competitiva, com o valor que ela pode ser capaz de gerar enquanto está em pé. Seus produtos precisam assumir preços de commodities”.

As causas do desmatamento da Amazônia

Por que a Amazônia está sendo destruída tão rapidamente?

“A humanidade instalou-se na monocultura; produz civilização em massa “como beterraba”. As liberdades comprimem-se em um mundo disciplinado pela expansão demográfica e por recursos limitados e desigualmente distribuídos”

Arnt, Ricardo e Schwartzman, Stephan⁴²

O que ocorre na Amazônia no último meio século é a mera continuidade da ocupação do território do Brasil dos seus quinhentos anos. O processo de expansão da fronteira agrícola, principalmente para a pecuária bovina extensiva, converteu 150 milhões de hectares da Mata Atlântica em pasto, agricultura e cidades, desmatou a maior parte do Cerrado e da Caatinga e agora avança sobre a Amazônia.

⁴⁰ Ver Mendonça, Rita, “Conservar e Criar” Rita, “Conservar e criar – Natureza, cultura e complexidade”, Editora SENAC, São Paulo, 2003, 255 pg. e Boff, Leonardo “Ecologia – grito da terra, grito dos pobres”, Editora Ática, São Paulo, 1999, 341 pg.

⁴¹ IPEA e PNUD, Revista Desafios do Conhecimento, 2007, entrevista a Maysa Provedello

⁴² Op cit, pg 29. “como beterraba” é citação de Levi-Strauss, C. “Tristes trópicos”.

No todo, o país já converteu cerca de 310 milhões de hectares de seu território, 60 milhões para a agricultura (6 milhões para cana-de-açúcar), 4,7 milhões para reflorestamento, cerca de 20 milhões para as cidades, infra-estrutura (inclusive os lagos de hidrelétricas e represas) e cerca de 220 milhões para a pecuária bovina (2/3 do total).

Na lógica dominante da globalização, a ocupação da Amazônia como última grande fronteira do planeta se prestaria a saciar a crescente demanda por matérias primas de baixo valor que exigem grandes quantidades de espaço, energia e água – a carne bovina⁴³, grãos (soja, milho principalmente), madeira tropical dura etc. e, mais recentemente, para a produção de biocombustíveis. O que efetivamente se questiona é que este modelo não se preocupa em remunerar as “externalidades”, ou seja, os valores dos custos ambientais, sociais e outros, acima comentados no item 1.

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, mesmo com a diminuição do desmatamento anual de 2,72 milhões de hectares no período de 2003/2004 para 1,87 milhões de hectares em 2004/2005⁴⁴, fruto do avanço na fiscalização e dos preços baixos da soja no mercado internacional, o total desmatado acumulado até 2005 é de 17,5% da floresta amazônica, ou seja, 699.625 km² (69,96 milhões de hectares⁴⁵).

No Brasil de até duas décadas, para Arnt e Schwartzman, “as florestas jamais poderiam ser valorizadas como fonte renovável de recursos naturais. A utilidade de uma coisa é o seu valor de uso. Excessiva e desnecessária foi sempre vista como obstáculo a ser limpo para a expansão da agricultura, o pastoreio e a produção de mercadorias e valores determinados pelas relações sociais da época.”⁴⁶

A visão idílica da floresta, para o urbanizado que se preocupa com este bem é daqueles coletores (“povos coletores e caçadores” como menciona Sérgio Buarque de Holanda) “seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore.”⁴⁷ No entanto, para Hollanda, são o “abandono e desleixo, alheamento ao método e à racionalidade regem a exploração dos trópicos.”⁴⁸

Ainda que se apresentem vocações para a Amazônia – o aproveitamento do potencial da floresta para a medicina, a alimentação, a indústria, o ecoturismo e o manejo florestal sustentável – estas vocações, até o momento, não foram capazes de provocar alterações no padrão de desmatamento (como ocorreu em regiões do Cerrado – Bonito, no Mato Grosso do Sul em função do ecoturismo, por exemplo), gerar recursos financeiros, emprego e atrair empresários que respeitem a sustentabilidade.

⁴³ De cada três quilos de carne bovina produzidas no Brasil, uma vem da Amazônia. Sem saber, o brasileiro está pagando muito caro para ter um bifezinho um pouco mais barato em seu prato. O Brasil é o principal exportador de carne bovina em função do crescimento da demanda mundial de carnes. De acordo com a FAO, a demanda mundial de carnes triplicou de 1980 a 2004 (de 50 para 150 milhões de toneladas) e deve crescer 110 milhões de toneladas até 2030, in Laszlo, Ervin, “The Chaos point – the world at the crossroads”, Piatkus, London, United Kingdom, 2006, 176 pg.

⁴⁴ Redução de 31,5% na taxa de desmatamento. A de 2003/2004 fora a segunda maior da história, perdendo apenas para a de 2,91 milhões de hectares de 1994/1995, pós eco 92.

⁴⁵ Área superior à superfície dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

⁴⁶ ⁴⁶ Arnt, R e Schwartzman, S. Op cit pg 48.

⁴⁷ Hollanda, Sérgio Buarque de “Raízes do Brasil”, 9ª edição, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1976, 154 pg. In pg 13.

⁴⁸ Arnt, R e Schwartzman, S. Op cit pg 48

O sonho de ser pecuarista – o de esgotar todos os recursos naturais disponíveis de forma não sustentável - continua a povoar o imaginário de milhões de amazônidas como a melhor alternativa para a ocupação do “vasto” território. Afinal, quem fica rico nesta região? Aquele que fica rico é aquele que cria boi. Quanto mais boi mais rico, maior a camionete, a casa, melhor a roupa.

Também fica rico quem rouba a madeira, seja de terras públicas, áreas indígenas ou de outros cidadãos, quem pratica a grilagem rural e urbana, quem compra e vende bois de maneira informal, quem pesca de maneira ilegal, quem controla o tráfego de animais e o garimpo de ouro, diamante e outras pedras e quem se beneficia do poder público de maneira inescrupulosa.

O desafio proposto é: como mudar uma visão que perdura a cinco séculos? Aos olhos urbanos e não acostumados aos sertões e interiores, o desmatamento e a conseqüente queimada, são chocantes, provocam o desconforto. Para o caboclo, conformado pela milenar tecnologia rudimentar da roça do corte-e-queima, herança da cultura da floresta tropical⁴⁹, é fato corriqueiro. O caboclo só sabe praticar a agricultura desta forma. Com a moto-serra na mão, ao invés do machado e, se for possível, o trator de esteira, a velocidade da destruição adquire dimensões espantosas.

Este é ainda reforçado pela visão ibérica de que a floresta era “o principal entrave à colonização. A sua existência confrontava a lógica utilitarista da construção da nação. A necessidade de desmatar sustenta a ordem da expansão da fronteira agrícola há meio milênio”⁵⁰.

Assim, a grande causa do desmatamento é compreender a floresta tropical como obstáculo, inútil, sem valor, lixo. Lixo se queima, obstáculo se remove - e que sua substituição é imprescindível, uma vez que não há outro caminho para o progresso material ao mantê-la em pé. Para a maior parte dos agricultores da Amazônia floresta em pé significa fome, falta de renda, falta de emprego.

Esta visão trazida pelos portugueses e espanhóis persiste, tanto por não se reconhecer a utilidade dos recursos madeireiros (os de valoração mais imediata e fácil), quanto para os não madeireiros (fibras, óleos, essências, cascas, raízes, frutos, castanhas etc.) ou outros serviços menos “visíveis” (éticos, estéticos e ambientais). O que vale é a pilhagem imediata, o que não produz resultados, não importa o desperdício, não faz sentido, ainda que este resultado venha de forma informal e mesmo ilícita.

Para Medina e Shanley⁵¹ “Os valores e atitudes locais sobre os recursos da floresta tropical contrastam enormemente com as visões globais. Embora existam estimativas promissoras sobre a importância da biodiversidade para o mundo e projeções financeiras sobre o valor dos recursos não madeireiros, elas têm sido pobremente contextualizadas na realidade econômica e social local”.

Para Charles Clement⁵² “O desmatamento ocorre por razões próximas e razões de fundo”... “As próximas são os madeireiros, pecuaristas e agricultores que financiam

⁴⁹ Entenda-se “a cultura da floresta tropical” como o conjunto de conhecimentos que capacitam o homem a sobreviver neste ambiente, ou seja, as noções do habitar, do alimentar-se, do expressar-se, do festejar e pensar o mundo.” In Meirelles, João “Livro de Ouro da Amazônia”.

⁵⁰ Arnt, R e Schwartzman, S. Op cit pg 49

⁵¹ Medina, Gabriel e Shanley, Patrícia “Pequenos favores por grandes árvores: madeireiros e comunidades da Amazônia”, artigo, 2006

⁵² Clement, Charles R. “Biodiversidade, Biopirataria e Amazônia”, entrevista a Spartaco Astolfi, in Universidade de Brasília – UNB – Metas para 2015.

o desmatamento para ganhar dinheiro. As de fundo mais próximas são os governos federal e estaduais (e até municipais) que incentivam o desmatamento direta ou indiretamente, sempre com o discurso de desenvolvimento (as vezes até com o discurso do desenvolvimento sustentável)... "A razão de fundo mais importante é o atual sistema político-econômico mundial que é desenhado sem considerar o valor intrínseco dos recursos naturais, só reconhecendo valor quando estes recursos naturais são transformados em produtos que podem ser comercializados num mercado".

Na verdade, somos bastante hipócritas no que se refere às reais causas que destroem a Amazônia. Continuamos a discutir os efeitos e não as causas. O governo federal é pródigo em controlar índices e não as causas. Forma, inclusive de esconder a ineficiência da presença do aparato público na fronteira pioneira, onde o ilícito é o predominante, no roubo de madeira e na grilagem.

Luta-se para baixar o índice de desmatamento ou o índice de queimadas, para punir este ou aquele setor econômico, no entanto, a principal causa – o aumento do consumo de carne bovina, que demanda a expansão da pecuária bovina extensiva – pouco freqüenta o discurso oficial, o meio ambientalista ou a academia.

Para Clement "o ilógico do sistema é evidente no PIB. O PIB cresce quando ocorre desmatamento e cresce novamente quando ocorrem esforços para recuperar os ecossistemas degradados pelo desmatamento. Não cresce quando as matas são deixadas intocadas. A razão é simples: as matas nativas não têm valor de mercado no atual sistema político-econômico"... "No atual sistema político-econômico existem apenas duas formas de evitar o desmatamento na Amazônia e precisam ser usadas concomitantemente. A primeira, é a criação de unidades de conservação de todos os tipos, incluindo as terras indígenas"... "A segunda é agregar valor aos ecossistemas como as matas, ou seja, valorizar a mata em pé para que possa ser reconhecida como valiosa pelo atual sistema político-econômico. O problema é que a maioria da espécie humana depende exclusivamente da agricultura para sua subsistência e a agricultura é, por definição, a cultura dos campos, exigindo desmatamento para iniciar"... "A única forma de transformar "potencial" em riqueza é investir, inicialmente em Ciência & Tecnologia para confirmar que existe uma oportunidade, depois em P&D&I para criar um produto de alta qualidade que possa estimular demanda, e, finalmente, na criação de uma demanda concreta no mercado, que é tarefa de empreendedores".

Becker⁵³ corrobora com esta afirmação e comenta que o Brasil já efetuou três grandes revoluções tecnológicas: exploração do petróleo em águas profundas, a produção de combustível a partir da cana-de-açúcar e a correção dos solos do

www.metas2015.unb.br/paginas/meioambiente5.htm "Quando a espécie humana não dominava completamente o planeta um sistema como este foi aceitável, mas quando nossa espécie usa, desperdiça ou inviabiliza 45% da produção primária do planeta, um sistema como este não é mais aceitável. No entanto, para a elite econômica nacional e mundial, é o melhor sistema que existe, pois as desigualdades do sistema garantem os lucros para eles e os prejuízos são socializados".

⁵³ Becker, Berta, "Geopolítica na Amazônia", Revista de Estudos Avançados Edição 53 "Repensar a Amazônia", USP – Universidade de São Paulo, 2005.

Cerrado, que permitiu a expansão da soja. Agora chegou a vez de "implementar uma revolução científico-tecnológica na Amazônia, estabelecendo cadeias tecnoprodutivas com base na biodiversidade, desde as comunidades da floresta até os centros de tecnologia avançada. Esse é um desafio fundamental hoje, que será ainda maior com a integração da Amazônia sul-americana".

Desmatamento, pecuária e pobreza

Mundialmente a pecuária domina o uso do espaço no planeta. Segundo a FAO⁵⁴, "a pecuária bovina usa atualmente 30% de toda a superfície da Terra, tanto pastagens permanentes como 33% das terras aráveis para a produção de comida para o gado. As florestas estão sendo derrubadas para criar mais pastagens. A pecuária é uma das principais causas do desmatamento, especialmente na América Latina onde 70% das áreas desmatadas da Amazônia foram transformadas em pastagens."

Estima-se que a "no sistema atual os animais criados em fazendas, em termos de consumo de alimentos, comam o equivalente a 2 bilhões de pessoas; e no ano 2050, quando a população mundial for de 10 bilhões, e o consumo per capita de carne for ainda maior que hoje, a população virtual de seres humanos + animais criados para consumo seja de 14 bilhões. Assim, em 2005 os animais criados para consumo estarão utilizando mais alimentos que toda a Humanidade em 1970⁵⁵".

A pastagem é a alternativa econômica tanto dos micro, como dos pequenos, médios e grandes proprietários rurais. No entanto, a compilação dos estudos demonstra que a maior parte do ciclópico desmatamento da Amazônia brasileira nas últimas cinco décadas é devido, principalmente, à grande propriedade, legal ou ilegal, que termina por substituir a floresta pela pecuária bovina extensiva de grande porte⁵⁶.

Segundo Chomitz et alii⁵⁷ "afirma-se, diversas vezes, que o desmatamento da Amazônia Brasileira é realizado por pessoas pobres. No entanto, as evidências demonstram que pobreza e desmatamento são problemas distintos que exigem abordagens separadas: a) a pobreza e o desmatamento nem sempre ocorrem no mesmo espaço geográfico; b) a maior parte do desmatamento é realizada por atores capitalizados e em iniciativas de larga escala; c) A maior parte destes desmatamentos em larga escala ocorre em terras públicas, constituindo-se uma apropriação de um bem público; e d) O desmatamento é orientado para os lucros, no entanto, resulta em pequeno lucro por hectare."

O insucesso ou a escala pouco representativa de praticamente todas as iniciativas de desenvolvimento sustentável nos assentamentos, em particular, e nas zonas rurais, em geral, levou proprietários rurais – micro, pequenos, médios e grandes – à pecuária bovina extensiva por falta de viabilidade econômica das outras atividades⁵⁸.

⁵⁴ FAO – 2006 – Livestock, Environment and Development Initiative LEAD – Livestock's long shadow – environmental issues and options

⁵⁵ Tudge, Colin, "Sos hall we reap – what's gone wrong with the world's food – and how to fix it", Penguin Books, London, United Kingdom, 2004, 451 pg., in pg 78

⁵⁶ Barreto, Paulo e Arima, Eugenio e Brito, Mark. "Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental". Imazon, Belém, 2005 - "a criação de gado bovino é uso dominante nas áreas desmatadas, representando 77% da área convertida para uso econômico."

⁵⁷ Chomitz, op cit, pg 95

⁵⁸ Ver estudos do IMAZON, IPAM e outros. O pequeno agricultor coloca-se diante da floresta como um inimigo, um invasor, determinado a vencê-la. Agrava-se a sua situação com a

Trata-se de uma pecuária de baixa qualidade⁵⁹ que emprega pouco, gera poucos impostos, depende do fogo para manter as pastagens limpas e degrada o meio ambiente de forma acelerada comprometendo as águas, a biodiversidade e o equilíbrio climático.

Este fato é agravado pela cultura arcaica de que é mais fácil buscar uma área de mata para explorar a pecuária⁶⁰, (ou outra atividade) do que recuperar as pastagens existentes. Daí a fronteira prosseguir sobre zonas da Amazônia até então pouco ameaçadas⁶¹.

Para Dr. Homma⁶², "enquanto o custo de derrubada de novas áreas é de aproximadamente R\$ 200,00 a R\$ 300,00/ hectare, a utilização das áreas já desmatadas que foram transformadas em "juquira" exige a aradagem, a gradagem, a correção de solos e a reposição dos nutrientes, o que faz com que os custos atinjam R\$ 700,00 a R\$ 750,00/ hectare. A diferença de R\$ 500,00/ hectare indicaria que seriam necessários investimentos da ordem de R\$ 500 milhões para reduzir desmatamentos e queimadas de um milhão de hectares anuais na Amazônia".

Para criar cerca de 70 milhões de cabeças de gado (36% do rebanho brasileiro) já foram desmatados 7,6% do território nacional, ou seja, em meio século a Amazônia brasileira perdeu 70 milhões de hectares⁶³ (equivalente a Espanha e Portugal juntos, ou superior à soma das áreas dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo). A Amazônia brasileira perde, em média, 1% de sua área ao ano. Em cinqüenta anos, metade estaria irremediavelmente perdida.

O agravante é que a pecuária avança rapidamente na região. Entre as razões da expansão estão o aumento do consumo de carne bovina, tanto no Brasil, como no exterior; a carne da Amazônia está vencendo barreiras sanitárias que dificultavam sua venda ao exterior (aftosa entre outras doenças); os frigoríficos estão sendo instalados na região, a exportação de boi vivo para o exterior (Líbano, Venezuela) deverá alcançar 500 mil cabeças em 2007. Enquanto o governo federal demonstra-se cuidadoso sobre o avanço da cana-de-açúcar na Amazônia, que, mesmo que

distância dos grandes centros, a falta de apoio técnico e de infra-estrutura e a dificuldade de acesso a crédito. Uma vez que a agricultura familiar em áreas de floresta tropical tem poucas chances de sobreviver, é comum observar assentamentos rurais, depois de alguns anos, convertidos em fazendas de médio porte para a criação de gado. O ciclo de um projeto de colonização é assentar pequenos proprietários, que em poucos anos fracassam e vendem suas áreas a outros proprietários rurais, todos eles pecuaristas.

⁵⁹ Segundo o estudo do IMAZON, "a lotação medi é de apenas 0,7 animal por hectare"

⁶⁰ A soja da Amazônia destina-se, principalmente para alimentar porcos e galinhas na Ásia e na Europa.

⁶¹ Para o economista Vinod Thomas e Sérgio Margulis do Banco Mundial.

(www.bancomundial.org.br e publicado na Folha de São Paulo, 05.03.2004), isto permite que a renda de um hectare com pecuária na Amazônia seja de R\$ 139,00/ano em Alta Floresta (Mato Grosso) e R\$ 103,00 em Paragominas (Pará), contra R\$ 65,00 em Tupã, no Estado de São Paulo (que já teve 89% de sua área coberta de floresta tropical, a mata atlântica). Esta diferença, segundo os economistas, existe pois não se incorporam os custos ambientais dos desmatamentos, "enquanto um pecuarista lucra, em média US\$ 75,00 por hectare a cada ano, os custos ambientais são estimados em US\$ 100 - e possivelmente muito mais - , sugerindo que o país como um todo sai perdendo. Além disso, boa parte da pecuária se expande sobre terras do Estado (terras públicas), freqüentemente envolvendo grilagem e violência no campo".

⁶² Homma, Alfredo Kingo Oyama, "Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição?", USP, Revista Estudos Avançados, vol.19 no.54 São Paulo, agosto de 2005, DOSSIÊ AMAZÔNIA BRASILEIRA II.

⁶³ A soja ocupa menos que 1,2 milhões de hectares na Amazônia.

dobrasse a produção brasileira não alcançaria 6 milhões de hectares, parece ignorar que a pecuária já ocupa 70 milhões de hectares e pode saltar para 150 milhões de hectares em poucas décadas.

O IMAZON⁶⁴ em 2005 informou que entre 1990 e 2003, em somente treze anos, o rebanho da Amazônia brasileira elevou-se de 26,6 milhões para 63 milhões, um crescimento de 6,7% ao ano, dez vezes maior que na média do Brasil. Trata-se do maior avanço da pecuária sobre uma região na História do Planeta Terra. O aumento dos desmatamentos e a melhoria das técnicas pecuárias devem manter este crescimento nas próximas décadas se medidas drásticas não forem adotadas (não há qualquer indício objetivo que algo esteja sendo feito, pelo contrário).

Em 2050, mantido este ritmo a Amazônia será um curral com 285 milhões de cabeças, 5% do rebanho mundial e maior que o atual rebanho do Brasil e Argentina juntos, com resultados imprevisíveis para o meio ambiente e as comunidades tradicionais.

Ninguém deveria se espantar com esta constatação. Verdade é que a história do Brasil se confunde com a história da pata do boi. Nenhuma atividade sócio-econômica explica tão bem o ciclo de pobreza – desmatamento – caos ambiental do Brasil como a pecuária bovina extensiva.

O que se presencia na Amazônia brasileira após a década de 1960 é a mera continuidade da expansão da pecuária bovina, adentrando e rasgando a última grande floresta tropical do planeta. Estamos sob a ditadura do boi e nem percebemos. E são os próprios brasileiros os responsáveis, comendo o seu bife-de-cada-dia, que a muitos não pode faltar na mesa. E a destruição pelas bordas, silenciosa e ignorante.

O principal desafio é cultural: como substituir a monocultura da pecuária extensiva? Como demover do imaginário da população rural que quem é rico é quem tem grande quantidade de bois no pasto? Como atrair a população rural para as múltiplas atividades econômicas sustentáveis, que respeitam as complexas interações biosociais da floresta tropical? Como democratizar as informações técnicas sobre a Amazônia? Como evitar a continuidade do desmatamento em função da pecuária? Como alcançar a sustentabilidade e conservar a biosociodiversidade numa região devastada para a produção de carne barata? Como a grande empresa presente na Amazônia pode colaborar neste processo? Como o terceiro setor pode ser a ponta de lança de um novo olhar sobre a região?

A Amazônia da monocultura da pecuária bovina extensiva também atrai novas monoculturas. A maior ameaça vem das culturas anuais, que expõem perigosamente os solos às chuvas, ventos e calor. A soja já responde por mais de 1 milhão de hectares na região e cogita-se outras atividades, como a produção de cana-de-açúcar para os biocombustíveis.

Para o sociólogo Boaventura de Sousa⁶⁵, "Tudo o que seja monocultura gera pobreza. As pessoas não comem biocombustível. A África está farta de grandes incentivos para produção para exportação. O Banco Mundial há décadas diz aos africanos que têm que produzir para exportar. O resultado está à vista. A África era auto-suficiente em produtos agrícolas depois da Segunda Guerra Mundial e hoje importa produtos agrícolas, é uma sociedade mais rural precisamente por causa

⁶⁴ Barreto, Paulo et alii – op cit.

⁶⁵ Sousa Santos, Boaventura, "As pessoas não comem biocombustível", entrevista a Agência Brasil 03.07.07

desta política"... "Penso que os movimentos sociais vão acordar para a necessidade de ter uma posição sobre esta questão. Ela está sendo vendida como o novo Eldorado e todos os Eldorados levam aos Carajás deste mundo. É preciso ter cuidado de o Brasil não afirmar-se como potência sub-imperial para contribuir, no fundo, para o subdesenvolvimento da África".

O caos social da Amazônia

Qual a gravidade da situação social da Amazônia?

A Amazônia é hoje uma das regiões mais pobres do Planeta. Esta pobreza acelera ainda mais a depredação do meio ambiente, em função das necessidades básicas da maioria de sua população e da falta de conhecimentos e preparo em lidar com o mais complexo bioma do globo.

Em 50 anos sua população subiu 4,5 vezes, de 5 milhões em 1960 para 23 milhões em 2007 (IBGE). Hoje é uma região fortemente urbanizada, com 2/3 de população concentrada em grandes centros como Manaus e Belém, metrópoles que deverão dobrar de tamanho em poucas décadas.

No Brasil, mais de um milhão de pessoas migrou para a Amazônia em busca de melhores condições de vida nos últimos 40 anos⁶⁶. Para a maioria delas, a experiência real é amarga. A incompreensão e a incapacidade em lidar com as condições naturais de uma zona de florestas tropicais é o maior desafio.

Mais de 90% da população rural da Amazônia – superior a 6 milhões de pessoas – está excluída social e economicamente do processo de desenvolvimento. Há um desequilíbrio social significativo, agravado pelo crescimento econômico pouco equitativo da região.

A pobreza inclui o desconhecimento das questões básicas relacionadas à sustentabilidade – as características do meio ambiente, a cultura da floresta tropical e o domínio sobre a economia. Para Arnt e Schwartzman, "dessa depreciação secular advém o sintomático paradoxo da maior nação de florestas tropicais do mundo romper o século XXI sem tradição e conhecimento de exploração racional de florestas."⁶⁷

Para o pesquisador Paulo Moutinho, do IPAM (Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia), na região "a maioria das pessoas não tem acesso aos recursos básicos ou a informações qualificadas para escolher um modelo de desenvolvimento".

Os sintomas sociais estão claros: crescimento desproporcional da violência, prostituição, uso de drogas, índice elevado de gravidez na adolescência, baixos níveis de instrução e perda da identidade cultural e dilapidação do patrimônio natural.

A Amazônia e o aquecimento global

Como a Amazônia contribui para o aquecimento global?

Como a Amazônia será afetada pelo aquecimento global?

⁶⁶ A maior parte incentivada pela propaganda do regime militar que haveria terra para todos e melhores condições de vida na região.

⁶⁷ Arnt, R. E Schwartzman, op cit pág 50.

"A Amazônia é, sim, fundamental ao equilíbrio climático do planeta. Pode-se compará-la a um rim do planeta, atuando como regulador de diversas funções vitais. Intervenções mal planejadas certamente provocarão mudanças ambientais em escala mundial, cujas conseqüências são difíceis de conceber." James Lovejock

A curralização da Amazônia deverá ter impacto ambiental global. Segundo o eminente professor Rogério Cezar de Cerqueira Leite⁶⁸, "o carbono contido em toda a fitomassa (aérea e subterrânea) da Amazônia é equivalente a todo o petróleo já queimado e ainda por extrair. A continuidade, ao ritmo do último decênio, da prática de queimadas para expansão da cultura da soja ou criação de gado e a atuação de madeireiras deverão suprimir a floresta amazônica em pouco mais de 50 anos. A correspondente quantidade de CO₂ acumulada na atmosfera equivaleria a cerca de 1 bilhão de humanos exterminados. Se eu enveneno hoje um indivíduo que vai morrer daqui a dez anos com conseqüência inequívoca do envenenamento, serei condenado por homicídio (ou pelo menos, por tentativa). Pois bem, com a crescente convicção da ameaça que o aquecimento global significa para a sobrevivência da humanidade, talvez seja inevitável inaugurar um novo capítulo da jurisprudência, a saber, "homicídio a crédito", pois para cada km² de mata arrasada na Amazônia, 200 de nossos descendentes serão exterminados até o fim do próximo século". A queima de florestas tropicais libera anualmente cerca de 3 bilhões de toneladas de CO₂⁶⁹ na atmosfera constituindo-se em uma das principais causas do aquecimento global. A queima da floresta amazônica correspondente a 4% das emissões mundiais dos gases causadores do aquecimento global. Segundo calcula João Andrade de Carvalho Jr. da UNESP, cada 100 hectares de floresta queimada (1 km²) representa o que 6.820 automóveis a gasolina emitem de dióxido de carbono em um ano. Outra questão importante é a liberação de metano (CH₄)⁷⁰. Estudos recentes apontam que a Amazônia é responsável por 1/5 do metano do Planeta, de três fontes: a queima das florestas, os gases produzidos pelas 73 milhões de cabeças de gado da Amazônia brasileira (pum e arrotos liberam metano!), - a 4,16 milhões de toneladas de metano - e um volume ainda em cálculo, correspondente ao aumento da população de cupins nas pastagens. Estima-se que o metano seja responsável por, pelo menos, 1/5 do aquecimento global. Ou seja a Amazônia pode contribuir com 9% do aquecimento do planeta (4% do CO₂ e 5% do CH₄)⁷¹. Até agora este assunto não é considerado pelo governo federal nem pelas empresas que atuam na região. É preciso tratar com extrema seriedade soluções criativas e honestas que diretamente ofereçam opções econômicas para evitar o desmatamento e as queimadas, como o manejo florestal sustentado, a fruticultura tropical, a meliponicultura (manejo de abelhas sem ferrão), o ecoturismo e o reflorestamento de áreas degradadas devem ser levadas a sério, ainda que a suas dimensões no momento sejam diminutas.

⁶⁸ Leite, Rogério Cezar de Cerqueira, Folha de São Paulo, 1/1/2007, em artigo "Extermínio a crédito".

⁶⁹ Chomitz, op cit pg 1

⁷⁰ A EMBRAPA e outros (Embrapa Meio Ambiente, Instituto de Zootécnica de São Paulo, UNESP e Embrapa Pecuária Sudeste) estão dedicados a preparar o inventário das emissões de gases para o efeito estufa, para o IPCC. Até agora chegou-se a 57 kg/animal/ano para os bovinos (próximo do padrão mundial).

⁷¹ O físico Dr. Paulo Artaxo, da Universidade de São Paulo, está coordenando novo estudo para verificar estes dados uma vez que considera a amostragem muito pequena. 12.7.2007

A principal questão é um desafio tanto ao cidadão quanto ao formulador de políticas públicas: você, cidadão deste Planeta prefere trocar alguns quilos a mais de carne bovina barata por uma instabilidade climática cujas proporções são difíceis de imaginar?

O caos social e ambiental do estado do Pará

O Pará é um dos estados da Amazônia que mais sofreu o desmatamento, uma vez que mais de 1/4 de sua cobertura florestal foi desmatada. A região mais crítica é o Nordeste Paraense e Oeste Maranhense, região entre São Luiz e Belém, o que o Museu Paraense Emílio Goeldi e Conservação Internacional denominam "Centro de Endemismo de Belém". Nesta região somente 23% de sua área ainda não desmatada. Esta região sofre forte pressão para supressão total da vegetação (pecuária, carvão vegetal, roubo de madeira, invasão de terras e grilagem). Segundo o IMAZON, nos últimos 30 anos o Pará perdeu 30 milhões de hectares de florestas (área maior que o estado de São Paulo, Sergipe e Alagoas juntos), em sua maior parte transformados em pastagens para a pecuária bovina extensiva. Para o IMAZON, em termos financeiros os recursos florestais perdidos correspondem a US\$ 50 bilhões. Dos 75% restantes existe pelo menos 1/3 sob ameaça, onde surgem clareiras.

Comparado ao resto do país, os habitantes do estado do Pará são muito pobres. Enquanto o índice de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil é de 0,830, o IDH do Pará é de 0,727. O rápido crescimento e a urbanização forçada da população só tem aumentado as desigualdades sociais. De acordo com a pesquisa de Álvaro Comin, do Centro Brasileiro de Pesquisas - CEBRAP, de 1995 a 2004 o processo de exclusão social aumentou no mercado de trabalho nas camadas mais pobres da região. Os efeitos dos programas sociais na região são pouco perceptíveis, uma vez que a renda dos grupos excluídos continua a decrescer. Os trabalhos formais estão desaparecendo rapidamente, forçando os grupos socialmente excluídos a buscar oportunidades de trabalho na economia informal.

Segundo o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS, entre 1996 e 2003 a renda média da população ocupada em Belém diminuiu 42% seja em função do crescimento da informalidade, seja pelos salários baixos ofertados. O estado do Pará representa bem o quadro regional, onde 28% da população economicamente ativa recebe menos de R\$ 350,00/mês e 16% não possui qualquer rendimento. Sob o ponto de vista da renda por lares no estado do Pará o IBGE (2004) apurou que 63% têm renda mensal de até R\$350,00.

Nos lares com crianças, segundo o DIEESE, a situação é mais dramática, 73% das famílias com crianças de 0 a 14 anos ganha menos de 1 salário mínimo (das quais mais da metade ganha menos que 1/2 salário mínimo). Quando se fala de equipamentos nos lares paraenses, a carência chega aos itens mais básicos. De um total de quase 2 milhões de lares, cerca de 100 mil não possuem fogão, 503 mil não tem geladeira e 40% não tem acesso a água encanada (índice 4 vezes superior à média do Brasil).

Para o IBGE somente 16,4% da população economicamente ativa do Pará é de trabalhadores formais. Outro sintoma da falta de formalidade no estado é que 71,3% dos ocupados não contribuem ao INSS – Instituto Nacional de Previdência Privada.

Quando o assunto é trabalho infantil, a situação é alarmante. Na região Norte do Brasil há 593,9 mil crianças trabalhando (DIEESE 8/6/2006). Somente no estado do Pará, campeão em exploração infantil da região, 60% das crianças trabalhando não recebem qualquer remuneração por seus serviços, boa parte delas no meio rural. Os desafios na área de ensino não são menores. O analfabetismo é alarmante. Em 32 dos 64 municípios do Pará, o analfabetismo está entre 30 e 50% das pessoas acima de 15 anos. A região mais afetada é a do Marajó, onde se encontra municípios como Anajás onde 47% das pessoas acima de 15 anos não sabem ler nem escrever.

Não existem estatísticas precisas para o Nordeste Paraense, no entanto, se nos basearmos no estudo para Belém de 2005 realizado pelo IBASE 29,3% dos jovens de Belém não estudam nem trabalham (a pior situação do Brasil, atrás apenas de Recife, onde o índice é de 35%).

Para o IBGE, com dados de 2004, o analfabetismo alcança cerca de 14,1% dos paraenses e outros 32,3% são analfabetos funcionais (com menos de 4 anos de estudos e grande dificuldade de compreensão de um texto simples). A situação é mais grave ao analisarmos a distribuição etária da escolaridade. Para a região Norte o DIEESE aponta que 49,3% das crianças de 4 a 6 vai à escola, comparando-se a uma média brasileira de 63,2%. Para a UNICEF, somente 14,2% das crianças de zero a seis anos estão em creches e pré-escolas.

No IDEB – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica o Pará figura como 24º dos 27 estados brasileiros⁷². Enquanto a média nacional é de 3,9 para a primeira série escolar, o Pará apresenta 2,8. Somente 5 das 1.961 escolas receberam nota superior a 5,0, a média considerada adequada pelo Ministério da Educação.

Quando se verifica se a criança está na série escolar compatível com sua idade, no Pará somente 22,5% segue o padrão desejado. Somente 14% chegam à universidade, e se contabilizarmos aqueles com mais de 15 anos de estudos teremos apenas 2,26% para a região Norte (contra 4,62% no Brasil).

Em relação à exclusão digital⁷³, o Pará é o 8º mais excluído entre os 27 estados em termos de acesso à informática, onde menos de 6% da população tem acesso ao computador e menos de 3,36% tem acesso à internet (comparativamente a 19,22% no Distrito Federal).

Na área da saúde o mais grave problema é a alta mortalidade infantil, desencadeada por diarreia, em função da contaminação das águas dos rios. Nas zonas rurais e na periferia das cidades, a população toma água diretamente do rio, sem qualquer tratamento ou fervura (53% dos rios da Amazônia estão poluídos⁷⁴). Para as comunidades que ficam nas várzeas e manguezais, sujeitas a inundações, a questão é ainda mais séria. Como não há sanitários, os agentes causadores de verminoses, cistos e parasitas presentes nas fezes de animais e pessoas misturam-se à água, num ciclo vicioso de contaminação. A situação torna-se crítica no período das águas e chuvas.

Na região Norte a gravidez na adolescência ocorre cada vez mais cedo. Cerca de 30% dos nascimentos são de mães entre 10 e 14 anos. O aborto inseguro que

⁷² Segundo o IDEB graças a um fraco desempenho escolar, falta de professores qualificados, ausência de planejamento escolar entre muitas outras causas

⁷³ "Mapa da exclusão digital no Brasil", estudo do Comitê de Democratização da Informática – CDI, Fundação Getúlio Vargas, julho de 2007.

⁷⁴ Segundo pesquisa da expedição "Brasil das Águas", 2005 www.brasildasaquas.org.br

chega a 20 abortos para cada 100 nascimentos no Brasil, no estado do Amapá e em regiões do Pará pode chegar a 40 abortos/100 nascimentos⁷⁵.

Entre as graves conseqüências, alerta o médico Eugênio Scannavino, está o aumento da mortalidade perinatal (materna e infantil no período logo anterior ou posterior ao parto). Segundo estudo da SUDAM⁷⁶ – cerca de 18,6% das mulheres não realiza uma única consulta médica durante a gravidez (comparado a 2% para o Sul).

Baseado no PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem de domicílio) 2004, conclui-se que 10,9% da população da região Norte do Brasil vive situação de insegurança alimentar grave (nome moderno para “fome”). Se contabilizada a população na faixa de risco da fome (insegurança alimentar moderada), há 54,3% da população, proporção que se eleva significativamente na zona rural. Quem mais sofre são as crianças, onde 17% das crianças de 0 a 5 anos estão em situação de insegurança alimentar grave (4 vezes mais do que na região Sul e Sudeste do Brasil).

Em estudo recente, o médico Fernando Hélio Alencar, do INPA, alerta que a desnutrição das crianças da população mais carente é um problema crônico, e que o quadro pouco se alterou nas últimas décadas. A monotonia da alimentação à base de farinha de mandioca e peixe, com pouca variação e pequena ingestão de frutas e verduras, é uma das principais razões para esta desnutrição. O estudo acompanhou a estatura dos jovens, segundo os padrões da Organização Mundial de Saúde, e constatou um déficit de estatura, ao final dos cinco anos de idade, de 12,5 cm. Ao analisar os dados de jovens que se apresentam ao Exército, o pesquisador alerta que o déficit na estatura pode chegar a 25 cm.

Na região Norte do Brasil há mais de 568 mil jovens, de 5 a 17 anos que trabalham, segundo estudo do DIEESE⁷⁷. No estado do Pará, campeão brasileiro em exploração de mão de obra infantil, são cerca de 322 mil crianças e jovens (metade dos quais entre 10 e 15 anos), 60% das quais sem receber qualquer remuneração. No Pará 60,8% destes trabalhadores tem menos de 16 anos, o que é proibido por lei.

Segundo este estudo, 73% das famílias com crianças entre 0 e 14 anos recebem até um salário mínimo como renda mensal média per capita (se considerado até ½ salário mínimo o total é de 45,7% das famílias).

Uma pesquisa feita pelo IBGE em agosto de 2003 na região Norte do Brasil, mostrou que 13,8% das mulheres com mais de 15 anos de idade residentes em zonas urbanas da região Norte são chefes de família com filhos e sustentam o lar (mães solteiras). No Pará há 250 mil mães solteiras, chefes da família, em sua maior parte no setor informal. Para 38% delas a renda mensal é inferior a ½ salário mínimo.

No estado do Pará 28% da população economicamente ativa recebe menos de 1 salário mínimo e 16% declara não possuir qualquer renda formal. No estudo coordenado por Márcio Pochman⁷⁸ o Pará aparece como o estado com maior informalidade e com a pior taxa de escolaridade entre os estados do Brasil. Mesmo com o crescimento da escolaridade (informais com ensino médio subiram de 4% em 1985 para 17,6% em 2005), a renda média diminuir 2,2 vezes – de 2,2 salários

⁷⁵ Dados divulgados pelo estudo “Magnitude do Aborto no Brasil”, IPAS & Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), agosto de 2007.

⁷⁶ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, Perfil da Saúde na Amazônia Legal, 2000.

⁷⁷ DIEESE com base no PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005

⁷⁸ “Novidades da informalidade nas ocupações urbanas do Brasil”, UNICAMP, 2007

mínimo para 1,7 salários mínimos. Isto demonstra que a saída para a informalidade oferece piores perspectivas que no passado.

De acordo com o IBGE (2004), a renda média de 63% dos chefes de família no Pará é inferior a 1 salário mínimo. Em lares com crianças, de acordo com o DIEESE, a situação é ainda mais grave: 73% das famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade ganham menos de 1 salário mínimo (mais da metade recebe menos de ½ salário mínimo).

Um indicador de violência é o levantamento do Ministério da Justiça entre 2002 e 2006, em que o número de jovens infratores internados no estado do Pará subiu de 148 para 321 entre meninos e meninas de 12 a 18 anos.

O estudo do Banco Mundial "A Promessa da Juventude"⁷⁹ aponta que a prioridade deve ser a criação de empregos para jovens na América Latina e Caribe. Segundo o Banco "a região deixa de crescer 2% por ano devido a falta de geração de empregos para jovens. Para Zezé Weiss, gerente de Desenvolvimento Social e Sociedade Civil do Banco Mundial, comenta para Rádio ONU que: "nós estamos num momento em que a nossa juventude é o fator mais preponderante, porque dois terços do desemprego no Brasil é desemprego de jovens. Mais de três milhões de jovens em situação de risco absoluto. "São números muito altos", comentou.

A especialista do Banco Mundial também indicou o quanto o Brasil perde por não conseguir capitalizar a capacidade produtiva da juventude. "O custo estimado de perda de uma geração - quando você não investe agora, você perde todo esse grupo de jovens, esse segmento da juventude - é o custo de oportunidade perdida. Se fossem feitos os investimentos necessários nesse segmento, o Brasil ganharia mais em competitividade, em produtividade, em educação, em saúde e em qualidade de vida".

O novo ciclo de grandes projetos na Amazônia

**Qual o impacto social e ambiental do novo ciclo de crescimento da Amazônia?
De que maneira as corporações podem contribuir para a sustentabilidade?**

Nos últimos anos foram anunciados dezenas de grandes empreendimentos de infraestrutura, mineração e agronegócio para a Amazônia. Um novo "boom" econômico está em franca aceleração com investimentos significativos que ultrapassam, em muito todo o investimento realizado na Amazônia em cinco séculos de ocupação. Este boom é uma resposta a diversas questões de natureza planetária, entre os quais pode-se destacar:

- *O crescimento da Ásia, particularmente da China no momento, como mercado para minérios (especialmente ferro), soja e carne bovina;*
- *A expansão crescente do consumo brasileiro⁸⁰ (39% entre 1990 e 2005) e mundial da carne bovina;*
- *O aumento do consumo de madeira tropical em função de esgotamento de outras fontes na Ásia e África;*

⁷⁹ Banco Mundial, "A Promessa da Juventude", julho de 2007.

⁸⁰ Segundo estudo de Miragaya, Júlio "Impacto da soja na incorporação de novas terras à atividade agrária na Amazônia Meridional e Oriental", Conselho Federal de Economia, 2007.

Em resposta a esta demanda, a Amazônia se transforma em espaço cobiçado e em canteiro de obras. Plenamente globalizada, a Amazônia hoje participa de um cenário mundial bastante distinto daquele que conheceu sob o regime militar, na década de 1980 no primeiro ciclo dos grandes projetos (eixos rodoviários, Balbina, Samuel, Tucuruí⁸¹, Jari⁸², Carajás⁸³, etc.), quando as negociações eram realizadas a portas fechadas e cuja viabilidade técnica ou orçamentária não era um fator impeditivo real. Naquele momento o governo militar foi pródigo em negociar subsídios e facilidades para atrair o capital.

Um dos principais problemas daquele período foi a falta de análise social e ambiental do impacto das grandes obras, especialmente ao não considerar que ao se abrir uma via de acesso de grandes dimensões áreas até então inatingíveis se tornariam presa fácil de grileiros e madeireiros inescrupulosos. Também não se equacionou questões como a adequada compensação de nações indígenas e comunidades tradicionais, a exemplo dos atingidos pela ELETRONORTE pela barragem de Tucuruí e por Carajás, que, ainda hoje, vinte anos depois, aguardam, aguardam as prometidas compensatórias.

Vale comentar que as corporações hoje planejam os seguintes investimentos, entre as obras recém-concluídas, em execução ou projetadas:

Os investimentos da VALE, etimados em R\$ 21 bilhões para os próximos 5 anos, gerando mais 35 mil empregos⁸⁴

- No setor portuário e hidroviário:

- o A ampliação do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luiz (MA) pela VALE com novo cais, a partir de 2011 (o 2º porto mais movimentado do Brasil em cargas), para aumentar de 85 para 130 milhões de ton., projeto com a participação do BNDES;*
- o A intenção da MMX de implementar porto flutuante em Curuçá, Pará;*
- o A abertura do porto de Santarém (PA) para a exportação de grãos e a montagem do porto de Itacoatiara (AM) ligado ao sistema de barcaças pelo rio Madeira para escoamento da soja de Mato Grosso e Rondônia. Prevê-se ainda outros portos da Bunge em Itaituba, no Tapajós e ao longo do Tocantins e outros investimentos semelhantes de conglomerados da soja: Cargill e grupo Maggi;*
- o A negociação da hidrovia Equador – Brasil ligando o porto de Mantua no Equador aos de Manaus e Belém no Brasil⁸⁵;*
- o A viabilização da hidrovia do baixo e médio Tocantins a partir da conclusão da eclusa de Tucuruí (PA), orçada no PAC em R\$ 562 milhões;*

⁸¹ Balbina, Samuel e Tucuruí são usinas hidrelétricas, respectivamente no Uatumã (AM), Jamari (RO) e Tocantins (PA) e seus lagos inundaram, respectivamente 2.360 km², 560 km² e 2.875 km².

⁸² O Projeto Jari de produção de papel a partir de florestas homogêneas, iniciativa de excêntrico norte-americano passou às mãos do governo militar que o entregou novamente ao capital brasileiro.

⁸³ O Projeto Carajás incluía a mineração de ferro em Carajás, a ferrovia com 890 km e o porto de Itaqui (MA). Denomina-se "Grande Carajás" ao conjunto de iniciativas para a região.

⁸⁴ Publicado no Diário do Pará de 6.4.08

⁸⁵ Iniciativa recém anunciada pelo Itamarati

- *O crescimento do uso da hidrovia do Madeira, relacionada ao porto de Itacoatiara e a Porto Velho (RO), especialmente para a soja;*
 - *A expansão do porto fluvial de Barcarena (Vila do Conde);*
 - *A proposta de construção do terminal off-shore do Espadarte (cape size port), em Curuçá (PA), investimento de US\$ 1 bilhão);⁸⁶*
- *No setor rodoviário e ferroviário:*
- *A duplicação da ferrovia de Carajás – Itaqui (Sistema Norte da VALE), para 103 milhões de ton. de minério (investimento de US\$ 337 milhões, 57% do BNDES). Encontra-se em estudo a implementação de mineroduto paralelo à estrada de ferro;*
 - *A conclusão da ferrovia Norte-Sul, ligando Brasília a Barcarena, na Grande Belém (cerca de 420 km e investimento superior a R\$ 2 bilhão. Eventualmente um ramal seria feito para o Porto do Espadarte, em Curuçá. A VALEC obteve a licença para preparação do EIA-RIMA no do trecho Acailândia – Barcarena (2007);*
 - *O asfaltamento de parte da Transamazônica (BR-230), no trecho entre Altamira e Medicilândia, com orçamento previsto de R\$ 5,6 bilhões,*
 - *O asfaltamento da rodovia internacional ligando Rio Branco (AC) ao Oceano Pacífico, no sul do Peru (em andamento);*
 - *O asfaltamento da rodovia ligando Manaus à Venezuela;*
 - *O asfaltamento da BR-163, do norte de Mato Grosso a Santarém (PA)⁸⁷.*
- *No setor de energia:*
- *A UTE - Usina Termelétrica (a base de carvão mineral) projetada pela VALE para atender Barcarena, com 600 MW;*
 - *As usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira (RO) e possíveis usinas binacionais no rio Guaporé com a Bolívia;*
 - *A usina hidrelétrica do Belo Monte, no rio Xingu (PA), com investimentos previstos de R\$3,2 bilhões e linhas de transmissão de R\$3,6 bilhões;*
 - *As usinas hidrelétricas complementares no rio Tocantins, entre elas Estreito (1.087 MW), recebem investimento da ordem de US\$ 2,5 bilhões.*
 - *A usina hidrelétrica de Marabá (PA), projetada;*
 - *As usinas hidrelétricas previstas para o rio Tapajós (especialmente do salto de São Luiz) e as de seus formadores, Teles Pires e Juruena;*

⁸⁶ Acompanhado de perto pelo Instituto Peabiru.

⁸⁷ A Conservação Estratégica calcula que “o valor presente líquido da obra (benefícios privados/custos da obra) seria de aprox. US\$ 166 milhões para horizonte de 20 anos (2005-2024). Os custos ambientais foram estimados em US\$ 1.491 milhões para o mesmo período em um cenário sem governança, caindo para US\$ 608 milhões no cenário com governança”.

- *As PCHs – Pequenas centrais hidrelétricas projetadas para as cabeceiras das bacias do Xingu, Tapajós, Tocantins-Araguaia, Guaporé e outros;*
- *O Programa Luz para Todos, com orçamento de R\$ 1,3 bilhões.*
- *No setor petrolífero:*
 - *O crescente interesse para acelerar as pesquisas sobre os reservatórios submarinos marinhos da Foz do Amazonas, do Maranhão e de Barreirinha;*
 - *A constatação de reservas cada vez maiores na Amazônia Ocidental, nas bacias do Juruá e Solimões, tanto de gás natural quanto de petróleo leve;*
 - *O envio de petróleo de Urucu por gasoduto, de Urucu a Porto Velho e de Coari a Manaus, todos no Amazonas;*
 - *As novas perfurações da Petrobrás na bacia do rio Juruá (tanto no Acre como no Amazonas) e no rio Solimões (AM);*
 - *O possível gasoduto da Venezuela para o Brasil;*
 - *A valorização do petróleo viabiliza a retomada de pesquisas em áreas como a foz do rio Amazonas;*
- *No setor minero-metalúrgico:*
 - *Ferro (o Brasil detém uma das maiores reservas de minério de boa qualidade do Planeta e é hoje um dos principais exportadores):*
 - *A expansão da mineração de ferro da VALE, a partir da exploração da Serra Sul (potencial de 12 bilhões de ton. de ferro), elevando sua produção de 85 para 100 milhões de ton./ano em 2007, projetando-se crescer para 130 milhões nos próximos anos (2010) e devendo chegar a mais de 200 milhões nas décadas seguintes;*
 - *Os investimentos da VALE para 2008 a 2012 na ordem de R\$ 20 bilhões no Pará, entre os quais estão a instalação da siderurgia da VALE, provavelmente em Marabá, investimento de R\$ 5 bilhões, com provável participação do BNDES;*
 - *A expansão do setor de guserias ao longo da ferrovia Carajás – Itaquí;*
 - *A retomada da mineração de ferro no Amapá (MMX entre outros), previsto para produzir 4,8 milhões ton./ferro Em 2008, com a reforma da ferrovia e a construção de um porto em Santana (investimento de US\$ 47 milhões).*
 - *Alumínio (o país possui uma das 3 maiores reservas do globo, especialmente na Amazônia, e todas as empresas estão em franco processo de expansão):*
 - *O início da operação da mineração de alumínio em Paragominas pela VALE e seu mineroduto até Barcarena (PA);*

- *A expansão da Alunorte, hoje responsável por 7% da alumina do Planeta;*
- *A nova refinaria de alumínio da norueguesa Norsk Hydro e da brasileira VALE em Barcarena com bauxita de Paragominas, (investimento de US\$ 1,5 bilhão);*
- *A mina de bauxita de Juruti (PA), da ALCOA, com investimentos superiores a R\$ 1 bilhão;*
- *A expansão prevista da ALUMAR (ALCOA), em São Luiz (MA), que pode levar a produção de 1,5 para 3,5 milhões de ton. A partir da nova mina de Juruti (cerca de US\$ 2 bilhões);*
- *O interesse da Rio Tinto em continuar a pesquisar na Calha Norte, na bacia do rio Maecuru, em Monte Alegre;*
- *O interesse de instalação de fábrica de alumínio em Castanhal, Pará*
- *Outros minérios:*
 - *A expansão das nove grandes empresas de mineração de ouro, entre as quais a VALE e a MMX (Amapá);*
 - *A exploração do manganês pela VALE em Carajás;*
 - *A exploração do cobre na mina do Sossego e a nova usina hidrometalurgia, em Canaã dos Carajás pela VALE;*
 - *A entrada em exploração da mina de níquel Onça Puma, da VALE, em Ourilândia do Pará em 2008 (PA);*
- *No setor agro-industrial:*
 - *A expansão de frigoríficos como a recente decisão de expansão do grupo Bertin, em Marabá, com recursos do Banco Mundial;*
 - *A ampliação dos negócios da Friboi na região;*
 - *A recente expansão da soja e do grupo Amaggi, em Mato Grosso*
- *Outras obras*
 - *Investimentos do Governo Federal no PAC, em saneamento em capitais, como Belém, com investimentos de R\$ 1,19 bilhões somente para 2.008*

Além disto, é preciso comentar a permanente expansão da zona franca de Manaus, uma vez que foram aprovados os incentivos por mais 20 anos, em que pese eventuais mudanças de rumo das empresas na região. Houve pequena retração na Zona Franca nos últimos 2 anos, porém, no longo prazo a tendência é de expansão. Como resultado deste processo, o estado do Pará e o Amazonas batem recordes de exportação, de geração de empregos especializados e de atrair fornecedores aos seus pólos produtores – Parauapebas, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Barcarena, Marabá, Paragominas, Juruti, Serra do Navio, apenas para citar alguns, e tendo como resultado o inchamento de capitais como Belém, Macapá e São Luiz e cidades como Santarém.

No entanto, os indicadores ambientais e sociais destas regiões, como vimos anteriormente, não refletem a mesma euforia econômica. São muitas as razões, entre as quais vale mencionar o déficit histórico nos serviços públicos diante das demandas sócio-ambientais, o rápido crescimento da migração para as regiões dos novos empreendimentos, uma política fiscal que não favorece o estado como arrecadador de impostos e a própria visão das empresas sobre sua responsabilidade social e ambiental.

Os desafios estão diante de todos e as perguntas devem ser feitas de maneira construtiva, para promover o diálogo, para que seja possível ampliar a compreensão de um novo pacto relacionado às grandes obras na Amazônia, um nova “licença para operar”.

As corporações e a Amazônia

A Responsabilidade Social Empresarial

Diante do novo poderio da grande empresa no processo de globalização, a responsabilidade social empresarial (Corporate social responsibility) adquire novas dimensões nos últimos anos.

As Nações Unidas definem desenvolvimento sustentável como “satisfazer as necessidades das atuais gerações sem comprometer a habilidade de futuras gerações em atender às suas próprias necessidades”.

Paralelamente à Rio 92, a pedido de Maurice Strong, o empresário suíço Stephan Schmidheiny organizou o World Business Council, presente atualmente em diversos países. Este movimento também incentiva a criação de organizações para medir e avaliar o desempenho da empresa responsável - surge o GRI – Global Reporting Initiative, e, em 1998, no Brasil o Instituto Ethos. Na mesma época o IBASE propõe o Balanço social como forma de medir o impacto da empresa na sociedade. Mais recente, de 2006, é a criação do Global Compact⁸⁸.

Está cada vez mais claro que é insuficiente alinhar-se a um discurso progressista e realizar ações de cunho mercadológico ou filantrópico. No Brasil, o Instituto Ethos propõe às grandes empresas a um novo patamar de compreensão da questão. O Ethos foi pioneiro na questão na América Latina. Hoje há mais de duas dezenas de entidades do gênero. Atualmente o Instituto Ethos reúne mais de mil empresas entre as maiores do Brasil, e praticamente todas aquelas envolvidas nos grandes empreendimentos da Amazônia.

O Ethos entende responsabilidade social empresarial como “a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”.

Em 1999 a Dow Jones lançou o Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), o que fomentou a criação, no Brasil do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE.

⁸⁸ Segundo a ONU, “o Pacto Global é resultado de um convite efetuado ao setor privado pelo Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para que juntamente com algumas agências das Nações Unidas e atores sociais, contribuísse para avançar a prática da responsabilidade social corporativa, na busca de uma economia global mais sustentável e inclusiva”... “O Pacto Global advoga dez Princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção: Princípios de Direitos Humanos 1. Respeitar e proteger os direitos humanos; 2. Impedir violações de direitos humanos; Princípios de Direitos do Trabalho 3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho; 4. Abolir o trabalho forçado; 5. Abolir o trabalho infantil; 6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho; Princípios de Proteção Ambiental 7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; 8. Promover a responsabilidade ambiental; 9. Encorajar tecnologias que não agridem o meio ambiente. Princípio contra a Corrupção 10. Combater a corrupção em todas as suas formas inclusive extorsão e propina www.unglobalcompact.org ou www.pactoglobal.org.br

Na medida em que os conceitos de responsabilidade social e empresarial se tornam mais claros, é possível diferenciar as ações meramente filantrópicas (aquelas onde a empresa doa cestas básicas ou outros bens), de ações que visam melhorar a imagem institucional (ações de marketing da empresa) daquelas ações que efetivamente se dedicam à sustentabilidade.

Uma ação voltada para a sustentabilidade considera as questões sociais, ambientais e econômicas como definem as Nações Unidas e afeta o próprio negócio da empresa. Para Capra⁸⁹ “a partir do ponto de vista sistêmico, as únicas soluções viáveis são as soluções “sustentáveis”. E se baseia na definição de Lester Brown⁹⁰: “Uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz as necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras”. Capra é direto: “este, em resumo, é o grande desafio de nosso tempo: criar comunidades sustentáveis – isto é, ambientes sociais e culturais onde podemos satisfazer as nossas necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras”.

A novidade está em que as respostas das iniciativas conjuntas afetam os “negócios da empresa” (core business). Iniciativas como o Recentemente os princípios para o Investimento Responsável (Principles for Responsible Investment - PRI)⁹¹ demonstra que os grandes investidores estão considerando a governança social e ambiental em suas políticas de investimento.

Para a Fundação Dom Cabral – FDC⁹², em estudo recente, coordenado pelo professor Cláudio Boechat, do Núcleo de Pesquisas sobre sustentabilidade, “as empresas tem dificuldades de perceber sua relação com os problemas sociais e não sabem traduzir a solução para eles em ganhos financeiros”. Segundo Boechat, “Já há questionamento a respeito do alcance e poder de transformação dos projetos sociais”.

Em outro trabalho, em parceria com a ONG inglesa Accountability, a Fundação Dom Cabral, lançou o relatório “The State of Responsible Competitiveness”⁹³, que coloca o Brasil em 56º país entre os 108 países analisados, “de acordo com o grau em que o clima político, econômico e social favorecem práticas empresarias baseadas no princípio da sustentabilidade”. No estudo anterior o Brasil mostrava-se em 48º lugar, caindo 8 posições.

O relatório considera “21 indicadores econômicos, sociais e ambientais agrupados em 3 dimensões que avaliam: o quanto as estratégias e práticas dos negócios levam explicitamente em conta os impactos social, econômico e ambiental; o quanto o macroambiente do país orienta estas estratégias e práticas; e o quanto os habilitadores sociais do país, como liberdade de imprensa e o grau de intolerância da sociedade quanto à corrupção, pressionam ou travam o avanço da competitividade responsável.

Em outro estudo, conduzido pela BDO Trevisan⁹⁴ fica claro o avanço das questões sócio-ambientais no mundo da grande empresa.

⁸⁹ Capra, Fritjof, “A teia da vida”, pg 24

⁹⁰ Brown, Lester, Worldwatch Institute

⁹¹ Estudo da PRI, que tem como sócios cerca de 200 instituições financeiras representando mais de US\$ 9 trilhões em investimentos.

⁹² FDC – www.fdc.org.br/pt/noticia/default.asp?CodNoticia=532, in entrevista a O Estado de São Paulo, 30.5.07

⁹³ www.fdc.org.br/pt/noticia/default.asp?CodNoticia=532

⁹⁴ No estudo da BDO Trevisan foram ouvidas 113 empresas de diversos setores sobre suas ações de responsabilidade social, 2007.

O desafio agora é encontrar processos independentes de certificação das ações de responsabilidade sócio-ambiental, que procurem avaliar os resultados das ações, discutir aberta e francamente os processos e as metas e buscar caminhos.

Como se comportam as corporações hoje na Amazônia?

Diante de todos estes desafios, iniciar um debate de como as grandes corporações hoje se comporta na região é fundamental, avaliar o impacto de sua responsabilidade sócio-ambiental de maneira independente e construtiva.

*No **setor mineral**, boa parte das minerações fundou-se no regime militar e receberam importantes isenções tributárias e até mesmo subsídios⁹⁵. O governo federal, em muitos casos responsabilizou-se pela infra-estrutura de acesso e pela fonte de energia.*

As novas minerações foram construídas em outros quadros de referência. É importante lembrar que as minerações estruturam-se em programas para 40 anos, 50 anos e até mais tempo, daí a estabilidade de políticas públicas serem de alta relevância.

A alta lucratividade de praticamente todas as operações minerais de grande porte, especialmente nos últimos cinco anos, seus extensos e audaciosos programas de expansão levam a crer que se trata de excelente negócio e que o futuro lhes parece ainda mais promissor.

Mundialmente, iniciou-se, de maneira tímida a busca de definição de novos padrões de comportamento para a indústria minera⁹⁶. No Brasil não existe um foro de debate, como, por exemplo, o Palm Oil Round Table⁹⁷ (no nível mundial para a palma) ou o Forest Stewardship Council – FSC⁹⁸ (para o manejo florestal). Na Amazônia, até o momento o tímido debate se restringe ao interior das federações de indústria.

Na medida em que se reconhece que a maior parte dos empreendimentos minerais deixaram (e continuam a deixar) manifestações evidentes de desafios sociais e ambientais em sua área de influência e, as populações do entorno não se consideram participantes do mesmo sucesso que os acionistas (e eventualmente funcionários e outros colaboradores) destes empreendimentos, cabe levantar a seguinte questão: o que seria a nova “licença para operar” para a moderna mineração na Amazônia? A análise crítica deste processo ganha corpo na academia, nos movimentos sociais e nas áreas ambientais e sociais dos governos federal e estaduais, além dos diferentes foros parlamentares. Não existe propriamente uma frente que se oponha a este processo e sim o questionamento de seu impacto social e ambiental.

Analistas mais críticos deste processo como o jornalista Lúcio Flávio Pinto, perguntam sobre a atuação da VALE em Carajás⁹⁹ “fizemos por merecer o melhor

⁹⁵ O setor do alumínio recebeu subsídios em energia elétrica que alguns jornalistas, como Lúcio Flávio Pinto calcula em mais de US\$ 2 bilhões.

⁹⁶ Mining Minerals Sustainable Development (MMSD), iniciativa coordenada pelo International Institute for Environment and Development - IIED de consulta sobre o setor de mineração - www.iied.org/mmsd/what_is_mmsd.html

⁹⁷ Palm Oil Round Table

⁹⁸ FSC – Forest Stewardship council – www.fsc.org

⁹⁹ Pinto, Lúcio Flávio, Jornal Pessoal 07.2007, No 395, Ano XX, pg 2

minério de ferro que já existiu na crosta terrestre? Tiramos dele os benefícios que ele nos podia proporcionar? Fomos inteligentes no seu aproveitamento? Pensamos a longo prazo, já que minério não tem segunda safra, ou agimos apenas considerando o imediato”?

*No **setor hidrelétrico** a maioria no governo federal e no meio empresarial da região acredita que parte da solução dos problemas energéticos do país esteja em explorar o potencial hidrelétrico (energia renovável) da Amazônia, principalmente através de mega-empresendimentos nos tributários da margem direita do Amazonas (Madeira, Xingu, Tapajós) e o que ainda há por explorar no Tocantins.*

De que maneira as populações potencialmente atingidas comungam desta opinião, o que seria a “licença para operar” para estes empreendimentos? Haveria outras soluções de menor impacto, concomitantes, complementares ou alternativas (PCH, energias das marés, eólica, solar, etc.)?

*O **setor extrativista vegetal**, notadamente o madeireiro não deixa as páginas policiais da mídia como fonte de problemas para os órgãos ambientais. O próprio órgão federal, o IBAMA, reconhece que mais de 90% da madeira é extraída e processada de maneira ilegal e, mesmo com os avanços na fiscalização, mostra-se incapaz de conter a ilegalidade e informalidade. Claro está que há um grupo de empresas modernas, com uma visão empresarial inovadora, que busca cumprir a agenda sócio-ambiental, como o credenciamento pelo Forest Stewardship Council – FSC¹⁰⁰. Naturalmente que pela pujança econômica deste setor¹⁰¹, o número de empregos criados e o envolvimento de empresas multinacionais, este é um setor ainda pouco compreendido e conhecido. O que seria, então, uma nova “licença para operar”, que efetivamente livrasse este setor das peias de aproveitadores e inimigos do meio ambiente?*

Na mesma linha de raciocínio, como os setores de produtos não madeireiros (castanha-do-Brasil¹⁰², açaí, polpas de frutas, palmito, ervas medicinais, etc.) poderiam se posicionar de maneira construtiva neste processo?

Neste setor vale ressaltar o potencial de negócios baseado na coleta manejada e no plantio de ativos da biodiversidade para diversos fins (cosméticos, farmacêuticos, alimentares, fibras naturais etc.). Há poucas iniciativas consideradas sustentáveis onde estão presentes as corporações. Entre estas vale mencionar as iniciativas da Natura Cosméticos relacionadas a castanha-do-Brasil, andiroba, pripioca e outros. Alguns dos projetos relacionados a farmacêuticos vêm sendo questionados pela comunidade científica, o movimento ambientalista e comunidades tradicionais¹⁰³ e precisam se enquadrar nas novas regras do CGEN – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

*O **setor de florestas energéticas** ainda é diminuto na Amazônia¹⁰⁴, porém seu potencial é de grandes dimensões. Que destinação dar aos 70 milhões de hectares desmatados na Amazônia? Sugestões como as de Alfredo Homma, da EMBRAPA ou do próprio Instituto Peabiru, calculam que, se aproveitado apenas 1/10 desta área*

¹⁰⁰ Vide Conselho Brasileiro de Manejo Florestal – FSC Brasil – www.fsc.org.br

¹⁰¹ Vide avaliações do IMAZON www.imazon.org.br e outras fontes.

¹⁰² Recentemente empresas antiquadas da área de castanha-do-Brasil viram-se desbancadas pelo capital moderno da Bolívia e por associações comunitárias que decidiram buscar o crescente mercado do comércio ético e solidário.

¹⁰³ Vide o trabalho da ONG Amazonlink, do Acre – www.amazonlink.org.br

¹⁰⁴ Proporcionalmente ao setor no Brasil e no mundo como um todo. Vide Associação Brasileira de Celulose e Papel – Bracelpa - www.bracelpa.org.br, Sociedade Brasileira de Silvicultura - SBS – www.sbs.org.br

para fins energéticos, 7 milhões de hectares, isto representaria 1,5 vezes a área de florestas plantadas hoje do país (de 4,7 milhões de hectares segundo estimativa da Sociedade Brasileira de Silvicultura, ou 0,55% do território brasileiro). De que maneira estas florestas poderiam diminuir a pressão sobre os recursos naturais e permitir à sociedade brasileira reconhecer a biosociodiversidade da Amazônia? Estes reflorestamentos necessariamente deveriam ser realizados em grandes extensões de monocultura? De que maneira os três mil assentamentos rurais da Amazônia poderiam participar deste esforço (como já ocorre em outras partes dos países e como pode ser observado no projeto da Agropalma em Tailândia, com o plantio de dendê em áreas degradadas por beiradeiros e pequenos agricultores) (uma vez que o INCRA gastou cerca de R\$ 10 bilhões nas últimas décadas na região com resultados pífios)?

O primeiro desafio do setor é cumprir as obrigações legais de fornecer lenha e carvão de florestas plantadas para atender o crescente consumo das 26 gusarias¹⁰⁵ ao longo da ferrovia de Carajás a Itaquí, no Pará e no Maranhão¹⁰⁶. O IBAMA calcula em 68,4 mil hectares desmatados anualmente para este fim¹⁰⁷. Por lei deveria haver pelo menos 450 mil hectares de florestas energéticas, o IBAMA não identificou nem 10% desta área.

À exceção da VALE todas as gusarias (inclusive de grandes grupos siderúrgicos nacionais e internacionais) preferem a ilegalidade da madeira vinda da floresta amazônica e seus 600 fornos irregulares para alimentar seus alto-fornos. Medidas iniciais foram adotadas, principalmente para atender a agenda social (trabalho escravo, trabalho infantil etc.), mas são insuficientes. A própria VALE visa tomar medidas mais drásticas e não fornecer minério de ferro às empresas que não cumprirem a legislação para evitar ser acusada de conivente no processo, como recentemente ocorreu em diversas reportagens na imprensa internacional. O setor de carvão vegetal criou o sua própria ONG, O Instituto Carvão Cidadão que inicia um trabalho de regularização da questão.

O setor pecuário na Amazônia comporta-se de forma antiquada, com grandes dificuldades de estabelecer um diálogo com os movimentos sociais e ambientais. Certamente, é nos grotões da Amazônia que se esconde o capital ilícito, pela facilidade que ele pode entrar, sair e manter-se distante da fiscalização, utilizando a pecuária para a sua manutenção, e até mesmo reprodução, sem se preocupar efetivamente com a lucratividade e sim pela valorização da terra pública que pretende se apropriar (como se a fronteira agrícola estivesse ainda aberta).

A pecuária, como todos os estudos afirmam, é o grande motor do desmatamento da região. Na verdade, dificilmente as propriedades de pecuária da Amazônia seriam aprovadas segundo os critérios básicos cobrados do setor industrial ou de outros ramos de negócios e, assim, estariam, em sua imensa maioria, ilegais. A questão é considerar as dimensões que a pecuária tomou na região (70 milhões de cabeças de gado).

Este quadro se agrava com o sistema de pecuária extensiva a caminho da rápida concentração de terras em médias e grandes propriedades, atraindo, cada vez mais, investidores de não usuais ao negócio. A opinião pública brasileira e mesmo

¹⁰⁵ Empresas que transformam o minério de ferro em ferro-gusa (pig iron) ao unir carvão vegetal ao minério de ferro.

¹⁰⁶ No que hoje se configura como Distrito Florestal de Carajás, proposto pelo Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente) no recém-criado Serviço Florestal Brasileiro www.sfb.org.br

¹⁰⁷ Operação "Aço Preto" deflagrada pelo IBAMA em 2006.

internacional ainda não estabeleceu a conexão que a Amazônia está sendo devastada para fornecer carne barata para seus mercados¹⁰⁸. No entanto, as perguntas que o setor tem dificuldade em aceitar são: a Humanidade em geral, e os brasileiros, em particular, estão dispostos a trocar a floresta amazônica e tudo que isto significa por mais alguns quilos de carne bovina?

Talvez este seja o setor que demanda mais atenção, uma vez que soluções aqui encontradas possam gerar significativos avanços.

*No **setor agrícola** da Amazônia a participação da Amazônia é principalmente em commodities e na área de agroquímicos e sementes. Existem algumas poucas iniciativas voltadas ao mercado externo (frutas), palma e soja (e algumas operações de outros grãos: arroz e milho).*

Na questão de grãos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST¹⁰⁹ assim se posiciona: “O principal inimigo do MST é o avanço da parceria entre latifúndio, o agronegócio e empresas transnacionais da agricultura”... “O agronegócio está subordinando o uso das terras e os recursos naturais brasileiros às necessidades das transnacionais da agricultura, como a Bunge, Cargill, Monsanto, Stora Enzo, Syngenta e ADM e à especulação no mercado financeiro internacional”. Há também a visão radical para o outro lado, como comenta o jornalista Joelmir Betting¹¹⁰, “Na linha de frente da resistência à inovação tecnológica de interesse público (ao largo dos lucros da Monsanto na soja, autora da pesquisa e titular da patente), desfilam comunistas desenganados travestidos de ambientalistas indignados”. Certamente, o diálogo torna-se mais difícil com o acirramento de posições e a defesa de interesses específicos.

Os grãos devem ser tratados como uma questão à parte. A mesma pergunta para a pecuária vale para a soja: a Humanidade em geral, e os brasileiros, em particular, estão dispostos a trocar a floresta amazônica e tudo que isto significa por mais alguns quilos de soja (lembrando que esta serve, principalmente para alimentar vacas, porcos e galinhas na Europa e na Ásia)?

A palma possui uma característica singular. Diferentemente da cana-de-açúcar ou de outras culturas mecanizadas de grãos, é produto de uma palmeira (que pode ser produtiva por três décadas). Assim, a palma, se substituindo áreas devastadas pela pecuária, corretamente manejada (evitando-se grandes blocos de monocultura), pode “imitar a floresta” e seus ciclos naturais básicos, e pode, inclusive, como demonstram as parcerias da Agropalma em Tailândia (PA) com pequenos agricultores de assentamentos públicos, ser produzida pela agricultura familiar. Mundialmente a palma ocupa cerca de 15 milhões de hectares (especialmente no Sudeste Asiático)¹¹¹. Na Amazônia brasileira ela cobre menos de 150 mil hectares (0,21% da área desmatada da Amazônia). Se, por absurdo, fosse plantada uma área igual a toda a superfície coberta por palma no mundo, de 15 milhões de hectares,

¹⁰⁸ Vide bibliografia do Greenpeace, CIFOR, IMAZON e outros ao final.

¹⁰⁹ Fonte: Fazendo Media, Entrevista com Marina dos Santos, da coordenação nacional do MST no artigo “Inimigo é a parceria entre latifúndio, agronegócio e empresas transnacionais”, 13/12/2006, www.mst.org.br. Em manifestação semelhante, João Pedro Stédile inclui também nesta lista Nestlé, Basf, Bayer e Aracruz (Revista Piauí, 10, julho de 2007, pg.7).

¹¹⁰ Betting, Joelmir, “Inocentes úteis?”, O Estado de São Paulo, 14.11.03

¹¹¹ Segundo o Greenpeace, a palma é responsável por 87% do desmatamento no Sudeste Asiático de 1995 a 2000 (fonte: AFP/Gazeta Mercantil 10 de julho de 2007).

esta representaria meros 21% do total desmatado da Amazônia brasileira¹¹². A palma, apresenta ainda, grande capacidade de geração de emprego e fixação do homem ao campo, sem contar com o fato de ser um mercado em franca expansão. Uma louvável iniciativa mundial, o Palm Oil Round Table pode melhorar o setor e inspirar outros negócios.

Diversas culturas tropicais, segundo propõe Homma em seus muitos estudos poderiam aproveitar os espaços desmatados e de baixa utilização econômica, como do Centro de Endemismo de Belém, especialmente o Nordeste Paraense, para seu desenvolvimento (reflorestamento com açaí, consorciamento de espécies frutíferas, energéticas e de madeira, frutas tropicais de alto valor (bacuri, cupuaçu, taperebá etc.).

Como serviços relacionados à Amazônia apenas o turismo vem sendo realizado, ainda que de maneira tosca pela maior parte de seus empreendedores. A falta de empresários preparados e de capacitação no setor são os grandes entraves para que este ofereça um número razoável de serviços como o fazem países como Costa Rica. Claro está que se trata de um setor novo, sem a presença das corporações (à exceção de um empreendimento hoteleiro na região de Anavilhanas). O setor de navegação turística crescentemente se interessa pela Amazônia como destino, o que poderá contribuir para oferecer um produto de qualidade para o mercado.

*Por fim, no **setor de serviços**, especialmente no meio urbano é possível identificar uma série de oportunidades relacionadas à sustentabilidade onde as corporações poderiam contribuir, seja como consumidor, fornecedor ou participante em algum dos elos da cadeia produtiva dos diferentes negócios acima mencionados.*

Estas empresas, se desejarem, podem exercer o poder de formação de opinião e determinar novas regras de comportamento aos mercados. Entre os itens mais sensíveis à questão urbana estão a contaminação das águas, o lixo, o consumo de energia e a valorização do produto regional.

Como conclusão, numa tentativa de generalização imprecisa, apenas para promover o debate, pode-se acreditar que quanto mais conservador o setor, menos chances há das corporações cumprirem a agenda sócio-ambiental e dialogar com o terceiro setor. Quanto mais aberto o capital e mais dependente do mercado externo, mais sujeito o capital está à opinião pública e, assim, a tendência será buscar o diálogo com o terceiro setor¹¹³ e o setor público. Na medida em que a empresa acredita que pode trabalhar sem a participação do terceiro setor ou do setor público fica difícil estabelecer o diálogo.

Num lado do termômetro do conservadorismo estaria a pecuária bovina extensiva e a soja, e na outra ponta, da abertura ao diálogo, certos setores industriais como o de cosméticos. Certamente a dependência da imagem perante a opinião pública, com reflexos diretos no negócio é determinante.

¹¹² O plantio de palma possui uma série de restrições relacionadas ao balanço hídrico (disponibilidade de chuvas), e certas regiões estão sujeitas a doenças (como no entorno de Belém, vide o abandono do plantio de 5 mil hectares da DENPASA em Santa Bárbara).

¹¹³ O mais recente exemplo é a abertura de diálogo entre Cargill e ONGs ambientalistas na questão do porto de Santarém depois que a campanha do Greenpeace surtiu efeito nos mercados compradores de soja na Europa, particularmente diante do posicionamento do McDonalds na Inglaterra. Fonte: diversas fontes, entre elas, Greenpeace e Puty, C, Almeida, O. e Rivero, S, "A produção mecanizada de grãos e seu impacto no desmatamento da Amazônia" Revista Ciência Hoje, No 239, Vol. 40, julho de 2007, pg.45

A nova “licença para operar” na Amazônia

Quais são os quesitos para uma nova “licença para operar” na Amazônia sustentável?

Diante da história das corporações na Amazônia e do novo ciclo de crescimento, surgem novas indagações, em sua maior parte ainda sem respostas. Neste novo cenário mundial – de mudanças climáticas, novo perfil da sociedade civil organizada, rapidez com que as informações são divulgadas via internet, tv e outras mídias, maior capacidade técnica de mensuração de impactos sociais e ambientais, maior liberdade de imprensa e de manifestação da opinião pública, regime democrático no Brasil, maiores exigências por parte dos consumidores e da cadeia produtiva – a corporação está diante de inúmeros desafios para trabalhar na Amazônia.

A sua “Licença para operar” exige uma complexa agenda de responsabilidade social e ambiental que não se esgota no momento da prospecção e da instalação, e que deve ser continuamente monitorada, divulgada e negociada, com múltiplos atores (comunidades do entorno, população do estado, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos, consumidores, etc.) e em diversos níveis de diálogo.

O novo desafio da empresa na Amazônia é responder a novas questões, relacionadas à sustentabilidade, ao déficit social, ao colapso ambiental etc. Algumas destas questões são aqui apresentadas. Claro está que muitas delas não se configuram, exclusivamente, como de responsabilidade da grande empresa e demandam o envolvimento de diversos atores como as diferentes áreas do poder público e da sociedade civil. No entanto, no primeiro ciclo de grandes projetos poucos empreendimentos responderam a estas questões com coragem e determinação. Assim, de que maneira a corporação pretende colaborar para:

- Demonstrar a sustentabilidade de suas operações diante de um Planeta em crescente questionamento do que é sustentável?*
- Proporcionar às comunidades do entorno de seus empreendimentos para que possam alcançar níveis dignos de auto-estima, valorização de seu ambiente e cultura, e geração de emprego e renda?*
- Diminuir as desigualdades sociais extremas, de renda, emprego, sem que seja preciso jogar na informalidade as populações mais fragilizadas e sem acesso a educação, segurança e outros serviços básicos, cumprindo minimamente a agenda dos Objetivos do Milênio (ODM), das Nações Unidas?*
- Contribuir para que os jovens tenham um futuro melhor na própria região, sem que sejam forçados a trabalhar no mercado informal e a viver em condições pouco dignas?*
- Buscar maneiras dignas e adequadas para os contingentes de trabalhadores e colaboradores desmobilizados das obras do novo ciclo de negócios da Amazônia (rodovias, portos, minas, fábricas etc.), evitando que estes aumentem os desafios sociais das áreas urbanas próximas a estes empreendimentos e das capitais destes estados?*

- *Cuidar e fiscalizar para que as vias de acesso aos novos empreendimentos não sirvam também de rota de invasão de grileiros, posseiros, ladrões de madeira, garimpeiros, biopirataria¹¹⁴, etc.?*
- *Responder de maneira direta às novas ondas de migração de regiões mais pobres da própria Amazônia (grandes capitais, interior do Maranhão e Piauí, etc.) e de outras regiões do país, especialmente do Nordeste?*
- *Posicionar-se mediante o aumento das invasões e conseqüentes danos ao meio ambiente nas áreas de entorno dos empreendimentos?*
- *Buscar conhecer, saber ouvir e respeitar as populações Nações indígenas, as culturas caboclas (o ribeirinho, a quebradeira-de-côco, o pescador artesanal etc.) nas áreas de influência dos empreendimentos?*
- *Contribuir para que comunidades tradicionais possam ingressar no mundo globalizado, e, em particular, no mercado global, garantindo-lhes o tempo necessário, as capacitações, o capital e os demais recursos para absorverem as mudanças culturais que o novo cenário se lhes impõem?*
- *Reconhecer o conhecimento tradicional, especialmente no que se refere inclusive aquele associado à biodiversidade?*
- *Valorizar e valorar o “ético”, garantindo-lhe um diferencial de competitividade?*
- *Contribuir para que se reconheça o valor estético da Amazônia, garantindo a conservação e a consistência das culturas, da sociodiversidade e das paisagens naturais e modificadas por culturas tradicionais, considerando o ecoturismo como método relevante de pensar a Amazônia e apresenta-la como meio educativo e de cultura planetária?*
- *Contribuir para que ativos da biodiversidade, sejam estes frutos do acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade, e assim, devidamente reconhecidos, ou exclusivamente, resultantes dos esforços da ciência e tecnologia para conhece-los, possam ser inseridos no mercado global, a exemplo do mel de abelha nativa, e, destarte, contribuir para a valoração da Amazônia?*
- *Contribuir para evitar o aquecimento global, observando que suas atividades e de suas cadeias produtivas não estimulem o desmatamento, as queimadas e outras ações que venham contribuir às mudanças climáticas;*
- *Colaborar para que a Amazônia não seja um depósito de lixo de outras regiões menos eficazes na destinação de seus dejetos, buscando soluções adequadas para a reutilização, a reciclagem e, principalmente a redução na produção de lixo;*
- *Contribuir para que a população da Amazônia conquiste sua cidadania plena, conhecendo seus direitos e garantindo-lhes acesso pleno aos serviços públicos que lhes são garantidos?*
- *Valorizar o local e o regional diante do produto e do serviço de alhures, procurando contribuir para que o local e o regional alcancem a excelência necessária aos padrões de seu comprador?*
- *Melhorar o nível educacional da região, a começar pelos níveis básicos de ensino e para questões que jamais foram tratadas com a profundidade que merecem, como a educação pré-escolar, iniciando-se pelos próprios funcionários, seus familiares, as comunidades do entorno dos empreendimentos?*
- *Colaborar para que a ciência e a tecnologia sejam devidamente fortalecidas como essenciais ao processo de formação do conhecimento e de valorização da região?*

¹¹⁴ Para alguns o termo correto seria “biogrilagem”, porém biopirataria é o termo que se popularizou vide Meirelles, João, “Livro de Ouro da Amazônia”.

- Contribuir para aumentar o acesso aos meios de comunicação, educativos e interativos, especialmente a internet, as rádios comunitária e a televisão pública, com especial atenção para a inclusão digital e a produção local do conteúdo de comunicação como formas de fortalecimento da cidadania?
 - Contribuir para o fortalecimento do tecido social local, oferecendo capacitação para a estruturação institucional de associações comunitárias e outros importantes interlocutores locais, bem como as redes sociais estabelecidas?
 - Colaborar para os esforços de conexão dos povos amazônicos, na busca de formação de uma Pan-Amazônia que se apresente como meio de intercâmbio de conhecimento¹¹⁵?
 - Contribuir para esclarecer a opinião pública mundial sobre os desafios da Amazônia, e como cidadãos e consumidores podem contribuir para a sustentabilidade?
 - Apresentar publicamente o impacto ambiental e social de seu produto ou serviço e as ações práticas mitigadoras?
 - Dialogar com o terceiro setor: movimentos sociais, ambientais e culturais que trabalham em rede para discutir um novo projeto de Amazônia?
 - Dialogar com os órgãos ambientais e sociais dos poderes públicos em suas diferentes esferas, buscando conciliar agendas comuns?
 - Avaliar como garantir maiores recursos ao poder público, em suas diferentes esferas, para cumprir sua extensa agenda socioambiental, através de seu produto ou serviço?
 - Valorizar a sua presença na Amazônia, gerando valor por “estar na Amazônia”?
 - Incorporar a agenda global de integração da Amazônia com justiça social.
 - Buscar envolver e convidar parceiros e atores para que venham à Amazônia conhecê-la, para contribuir com sua agenda, e participar dos desafios que o novo projeto de Amazônia impõe?
- Assim, a “licença para operar” não pode ser mais realizada na mesa de um funcionário da empresa diante de um computador, alheio às questões sócio-ambientais que levam a região à mídia diariamente, especialmente se esta mesa estiver a milhares de quilômetros da região, distante de sua realidade. O grande desafio é:
- De que maneira incorporar as questões amazônicas ao negócio propriamente dito, de formar a gerar valor para os múltiplos atores, remunerar o capital e contribuir para a sustentabilidade da região e, vis a vis, do Planeta Terra?
 - - Envolver toda a empresa e seus parceiros na discussão destas questões, tornando-as parte da agenda de seu dia-a-dia?
 - - Se a empresa está retirando um bem não renovável, de que maneira oferecer soluções sustentáveis para as comunidades envolvidas, não como compensatória e sim como justificativa negociada, a sua “licença para operar”
 - - Se a empresa está beneficiando-se de um bem passível de aproveitamento sustentável, extrativista, agrícola, florestal, pesqueiro ou de outra natureza, de que maneira compartilhar o seu saber e o seu fazer para que a região se

¹¹⁵ Vide a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – www.otca.org.br

beneficie com seu conhecimento e tecnologias para a sustentabilidade do Planeta?

- *Se a empresa é bem sucedida, merecidamente, em seus resultados financeiros, de que maneira compartilhar estes ganhos com os diferentes públicos envolvidos?*

As empresas que ignorarem estas questões enfrentarão crescentes desafios e questionamentos, especialmente num cenário de crescente valorização da Amazônia para a opinião pública mundial.

Entre os inúmeros sintomas desta valorização estão o espaço dedicado a pensar um projeto para a Amazônia na academia, na mídia, no terceiro setor; a mudança de postura do governo brasileiro em relação ao destino da Amazônia¹¹⁶, naturalmente ainda contraditório, pois de uma feita apóia a sustentabilidade, e de outra, a desconsidera (ex. financiando a pecuária bovina extensiva e não fiscalizando o desmatamento¹¹⁷); até o aumento de eventos nacionais e internacionais na região: a realização da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, em Belém, em 2007, e a reunião da SBPC de 2009 prevista para Manaus, com atenção especial para o Fórum Social Mundial em janeiro de 2009 em Belém.

¹¹⁶ Por exemplo, o ministro da agricultura Reinhold Stephanes comunicou que o governo vetará o plantio de cana-de-açúcar na região para a produção de biocombustíveis. Segundo a mídia brasileira (vide Folha de São Paulo de 18.7.2007, pg b5 entre outros), "O impedimento será publicado na forma de um mapa de zoneamento agrícola específico para a cultura da cana."

¹¹⁷ Vide carteira para a pecuária no Banco da Amazônia

Parcerias entre as corporações e entidades do terceiro setor na Amazônia

O terceiro setor cumpre seu papel na Amazônia?

Como o terceiro setor e a iniciativa privada podem trabalhar juntos?

Sociedade de parceria

Para Riane Eisler¹¹⁸, “a evolução da Humanidade está numa encruzilhada. Diretamente ao ponto, a tarefa central da Humanidade é como organizar a sociedade para garantir a sobrevivência de nossas espécies e promover o desenvolvimento de nossos potenciais únicos. Uma sociedade de parceria (partnership society) nos oferece uma alternativa viável”.

Se a realidade hoje da Amazônia é de confronto e conflito, é preciso buscar um novo pacto no diálogo. Para a pensadora norte-americana Riane Eisler¹¹⁹, “uma das chaves é tratar de não cair na polêmica “eles contra nós”, compreendendo que todos temos que aprender condutas fora da lógica dominador/dominado a que todos estamos condicionados, em diferentes graus, por um mundo que está muito mais orientado para o modelo de dominação que por um modelo de parceria”.

Na mesma linha, a economista Hazel Henderson¹²⁰ comenta: “neste século XXI, vamos juntamente formar um tipo de globalização que se baseie na verdadeira qualidade da Humanidade: a de cooperar, compartilhar e estabelecer parcerias. Num contexto planetário, nossa próxima grande transição será alcançar sociedades sustentáveis, eqüitativas e prósperas. Esta próxima onda de inovação social e tecnológica, garantindo nova infra-estrutura e bens públicos para alcançar metas globais que garantam trabalho decente e meios de vida sustentáveis para cada homem e mulher na Terra”.

A sustentabilidade e os negócios

"A sustentabilidade trata da relação entre os dois mais complexos sistemas na Terra – os sistemas sociais humanos e os sistemas vivos" ...

"a sustentabilidade é simplesmente o ponto de encontro entre destruição e restauração." Paul Hawken¹²¹

"O reconhecimento de que é necessária uma profunda mudança de percepção e de pensamento para garantir a nossa sobrevivência ainda não atingiu a maioria dos líderes das nossas corporações, nem os administradores e os professores das nossas grandes universidades". Fritjof Capra, "A teia da vida"¹²²

O que é sustentabilidade?

¹¹⁸ Riane Eisler, "The Chalice and The Blade"

¹¹⁹ <http://www.partnershipway.org/html/subpages/articles/palaybras.htm>

¹²⁰ Henderson, Hazel, "Corporate social responsibility and poverty", III Arpel symposium "business social responsibility in the americas", Rio de Janeiro, 05.2004, www.hazelhenderson.com

¹²¹ Hawken, Paul foreword to "Nature's Operating Instructions: The True Biotechnologies", Edited by Kenny Ausubel and J. P. Harpignies, 2004.

¹²² Capra, Fritjof, op cit, pg 24

O que é sustentabilidade? O que é sustentável? Há um grande debate atual sobre sustentabilidade. Apesar de sua validade, a intenção aqui é discutir quando uma iniciativa atende a agenda da sustentabilidade. Mais precisamente, de que maneira a sustentabilidade pode levar a Amazônia dos negócios e da conservação a um novo patamar de diálogo, capaz de nos libertar da atual fase de incompreensão e sofrimento, destruição ambiental e desperdício de recursos, prejuízos sociais e falta de perspectivas. Assim, a sustentabilidade aqui, exige:

- *Ação imediata – a sustentabilidade exige ação, ainda que seja de maneira experimental. Errar é um caminho de aprender;*
- *Perspectiva de implementação no negócio – a sustentabilidade deverá ser aplicada ao negócio como um todo, tão logo suas propostas demonstrem ser viáveis. A sustentabilidade deve ser prática, operacional;*
- *Medição – a busca da sustentabilidade exige medir os sistemas (físico, químico, social, ambiental, psicológico etc.) e seus diversos impactos. Não medir é ocultar, é temer. Medir é aprendizado. Daí a construção e negociação de indicadores – estabelecidos de forma científica e independente, estabelecendo protocolos com segurança, visando observar seus resultados no longo prazo, formando séries históricas e parâmetros confiáveis;*
- *Transparência e accountability – a busca da sustentabilidade demanda transparência no processo, formas de rastrear, acompanhar, conhecer;*
- *Difusão – a sustentabilidade exige a imediata difusão do aprendizado, de seus acertos e erros. A Humanidade não pode esperar os grandes resultados que advirão deste diálogo. Centros de difusão de tecnologia, oficinas, eventos, publicações, vídeos etc. são fundamentais. Não existe sustentabilidade se a organização procura guardar seus resultados apenas para exclusivo benefício próprio.*
- *Modelos replicáveis – a sustentabilidade busca encontrar modelos que sejam replicáveis e inspiradores de novas ações por diversos tipos de organizações, que ofereçam novas vias, oportunidades de diálogo para questões de difícil solução.*
- *Diferenciação para os elos fracos da cadeia de valor – a sustentabilidade reconhece, desde o princípio, que comunidades tradicionais do entorno, consumidores desprotegidos (crianças, por exemplo), comunidades sem acesso a recursos públicos básicos, demandam tratamento especial;*
- *Transição – a transição para sistemas sustentáveis exige paciência da organização e de seus parceiros. Este é um “processo de aprendizagem (learning process)”. Para o designer italiano Ezio Manzini¹²³, “a transição para a sustentabilidade é um processo de aprendizado no qual os seres humanos devem aprender como viver melhor consumido (bem) menos recursos ambientais e aprimorando (e, em muitos casos regenerando) seu modo de vida físico e social.*

¹²³ Segundo Manzini, Ezio, “Design for sustainability. How to design sustainable solutions”, 2006.

- Visão sistêmica e de longo prazo - Para o Ladislau Dowbor¹²⁴, “a visão sistêmica e de longo prazo se impõe, e isto implica em mecanismos de decisão e gestão que vão além do interesse microeconômico imediato. Sen¹²⁵ comenta que “a utilidade, na melhor das hipóteses, é um reflexo do bem-estar (well being) de uma pessoa, mas o êxito da pessoa não pode ser julgado exclusivamente em termos de seu bem-estar (mesmo se o êxito social for julgado inteiramente segundo os êxitos individuais componentes)”. Esta colocação, ainda que árida demonstra que a teoria econômica clássica não consegue oferecer respostas razoáveis para questões como o colapso ambiental e as mudanças climáticas.

Como a grande empresa se beneficia ao ser parceira do terceiro setor?

No processo de construção do diálogo entre a grande empresa e o terceiro setor, entre os fatores que se pode elencar estão:

- Credibilidade e transparência – *um processo de diálogo franco e aberto, transforma confronto em conforto, regenera, oxigena, permite que as partes se reencontrem, propicia o crescimento conjunto, leva a definir metas comuns e visa alcançar patamares da compreensão dos desafios que não seriam possíveis a partir de uma visão isolada e parcial de uma das partes;*
- Visões inéditas – *o terceiro setor pode oferecer um “outro olhar” para os desafios sociais e ambientais da empresa, buscando contribuir para novas formas de solução, o que muitas vezes, não necessariamente envolve recursos financeiros vultuosos. O terceiro setor permite observações diretas, sem temer a hierarquia e a formalidade;*
- Propiciar o aumento do diálogo interno dentro da empresa – *a atuação desinteressada do terceiro setor pode melhorar a comunicação entre os diversos setores da empresa, que não têm um diálogo franco pelo temor e desconforto que certas questões geram;*
- Estimular o aumento da auto-estima dos funcionários e colaboradores – *ao “ouvir” a sociedade civil através de organizações do terceiro setor, os colaboradores, em verdade, estarão ouvindo a si próprios, o funcionário estará diante de novos ouvires e olhares, e poderá desenhar novos modelos e dispositivos, arranjos que se adequam às estruturas empresariais sem perder o sentido a que se propõem. Isto é de extrema relevância no relacionamento com o entorno, do qual este (o funcionário e seus familiares) usualmente faz parte, e com a sociedade que o envolve;*
- Aprendizado em todos os níveis da empresa – *conviver com o terceiro setor garante leveza à empresa, fluidez, libertar dúvidas que temem ser ditas. Princípios que conduzem o terceiro setor podem ser altamente estimulantes, além do que pode-se aprender a identificar o que gera o antagonismo e o que reúne os pontos comuns;*
- Ganhos de imagem institucional – *a maior exposição pública gera, naturalmente maior interesse da mídia, que diferentemente do dia-a-dia da comunicação, pode promover a curiosidade, o querer saber, o querer conhecer este diálogo; uma vez*

¹²⁴ Dowbor, Ladislau, “O interesse social versus o ambiental”, Jornal A Gazeta Mercantil, in Opinião, , pg A3, 10.7.2007

¹²⁵ Sen, op cit pg 56

que o diálogo ao frutificar gera ações concretas, gera fatos, notícias, melhorias perceptíveis. A sua comunicação através da mídia socorre de maneira mais direta, uma vez que, usualmente, a mídia vê no terceiro setor uma fonte confiável de informação;

- Ganhos de sustentabilidade – certamente a parceria deverá oferecer oportunidades de repensar a sustentabilidade – na forma de produzir, na forma de administrar, na relação com os diferentes atores, em questões como alimento, energia, lixo, entre outras. A busca incessante de sustentabilidade leva a novas oportunidades que, provavelmente, a empresa sem o diálogo com o terceiro setor, não alcançaria;

- Melhor definição de competências – a atuação do terceiro setor pode colaborar para que a empresa compreenda melhor qual o papel do estado, qual o papel dos demais atores da sociedade. Será que uma situação social criada em função de uma ação da empresa, por exemplo, um bairro caótico que surge no entorno de uma fábrica pode ser delegado apenas ao poder público resolver seus desafios? Por fim, pode-se afirmar, que a participação do terceiro setor, pode resultar na melhor eficácia e eficiência, com reflexos positivos na lucratividade, sedimentando a empresa em seus múltiplos cenários.

Há diversos outros ganhos que poderiam ser elencados e que surgirão no dia-a-dia das relações e que podem se transformar em aprendizado. Enfim, o que se busca é a “licença para operar”.

O que a grande empresa pode oferecer ao terceiro setor?

Da mesma forma, há muito o que a grande empresa pode contribuir com o terceiro setor. Entre os fatores que se pode alistar estão:

- Formalizar e registrar – a entidade aprenderá a formalizar e registrar suas intenções, atos e transações, das mais diversas naturezas. Não se trata de burocratizar e sim normatizar, sistematizar.

- Oportunidade de aprendizado – a organização aprenderá a valorizar a eficiência, a objetividade, o bom uso do tempo. A convivência com uma cultura organizacional distinta oferecerá oportunidades de crescimento interno para a ONG;

- Cooperação no fortalecimento da gestão – a empresa poderá contribuir ensinando a ONG a melhorar a sua eficácia e eficiência na administração, no marketing, na controladoria e em diversas áreas onde em geral, a empresa se destaca;

- Mobilização de Recursos – a própria empresa pode contribuir com recursos – humanos, financeiros, materiais, serviços etc. – e envolver funcionários, fornecedores, colaboradores diversos, clientes, seja para a execução de projetos, seja para tornar mais eficiente a organização. Estes processos podem ocorrer de forma transparente sem que, necessariamente a ONG “venda a sua alma”, distanciando-se de sua missão, visão e valores;

- Oportunidade de cumprir a missão – a empresa deve ser reconhecida como um canal legítimo para se atingir os objetivos da ONG, uma vez garantida a permanência de sua identidade. Isto pode ocorrer, por exemplo, ao permitir que a ONG tenha acesso aos clientes, como a parceria entre um banco ou uma empresa de telefonia e uma ONG;

Diversos outros fatores podem ser aqui arrolados, no entanto estes são suficientes para provocar o diálogo entre a empresa e a organização.

A sustentabilidade na Amazônia

Pensar a Amazônia. Pensar uma Amazônia melhor. Um projeto para a Amazônia, a partir do diálogo é o grande desafio. Deve ser uma tarefa coletiva que garante a legitimação de cada passo. Para o pesquisador da Universidade Nacional de Brasília - UNB, Marcel Bursztyn¹²⁶, são três os princípios que devem estar assegurados neste processo, “vinculados a um princípio maior, o da sustentabilidade e da perenidade da vida, que pressupõe solidariedade intergeracional:

- 1. O direito das populações ao desenvolvimento, o que implica aliar o crescimento da economia à melhoria das condições de vida.*
- 2. O direito das populações da região ao uso direto e indireto da biodiversidade, desde que em moldes sustentáveis.*
- 3. A regulação pública, que significa a existência de mecanismos que assegurem condições de governabilidade ao Estado.*

Se entendermos estes princípios e direitos, de que forma construir o diálogo entre empresa e terceiro setor na Amazônia? Como o terceiro setor está organizado para se dedicar à sustentabilidade.

O Papel do terceiro setor dedicado à sustentabilidade e a Amazônia

O que o terceiro setor está fazendo para a sustentabilidade na Amazônia?

Para Eduardo Viveiros de Castro¹²⁷, “o discurso do fechamento da fronteira planetária, o ambientalismo impõe uma revisão drástica nos paradigmas do progresso e do desenvolvimento indefinidos, que continuam guiando nossas formas econômicas e projetos ideológicos”.

Recentemente surgiu a discussão de como o terceiro setor pode atuar no âmbito da economia ecológica. Neste sentido, para os pesquisadores Leah Temper e Hali Healy¹²⁸ é preciso cuidado para que “as ‘parcerias’ entre o terceiro setor e a corporação (big business) não sejam fundadas no pensamento neoclássico dominante, que, como tal, apóia o status quo.”

Da mesma forma, os pesquisadores propõem ser preciso “encontrar maneiras de integrar os princípios e as ferramentas da economia ecológica nas práticas das ONGs, sem que se comprometa a sua integridade.” Os pesquisadores ainda comentam que “é fundamental que as ONGs dedicadas ao desenvolvimento nos 3º mundo¹²⁹ devam desempenhar papel para definir o quadro de referência da economia global, especialmente se o 3º mundo pretende defender os seus interesses diante dos interesses dos países desenvolvidos no processo de desenvolvimento”.

¹²⁶ Burszty, Marcel, op cit, pg 313.

¹²⁷ Castro, Eduardo Viveiros, prefácio a Arnt, Ricardo A. E Schwartzman, Stephan, “Um artifício orgânico – transição na Amazônia e ambientalismo” Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1992, 366 pg. in pg 15.

¹²⁸ Haili –Ecological Economics and Civil Society Engagement: Beyond Talking Across Disciplines, in European Ecological Economics Newsletter, jan 2007.
www.euroecolecon.org/newsletter-jan.htm

¹²⁹ Os pesquisadores utilizam o termo “Southern development NGOs” aqui adaptado para 3º mundo para compreensão da leitura. O termo utilizado “países desenvolvidos” procurou substituir o termo “North”.

Outras propostas se unem a este princípio. Para o sociólogo Boaventura Sousa Santos¹³⁰, “A ecologia dos saberes é a extensão universitária ao contrário. É a universidade preparada para se abrir às práticas sociais, mesmo quando não informadas pelo conhecimento científico, que nunca é único. O conhecimento científico tem de saber dialogar com outros conhecimentos que estão presentes nas práticas sociais e, assim, trazê-los para dentro da universidade. O que significa, eventualmente, que os alunos da universidade terão contato com líderes comunitários, que, hoje, não são credenciados para ensinar na Academia, mas, provavelmente, podem trazer a ela sua experiência”.

As parcerias entre o governo federal, governos estaduais e municipais e o terceiro setor vem crescendo de forma significativa na Amazônia. O grande desafio é envolver o setor produtivo (setor empresarial). No entanto, mesmo com as novas parcerias em diversas áreas, o terceiro setor na Amazônia tem grande dificuldade de compreender as incongruências do governo federal e estaduais, que, ao mesmo tempo, combatem o desmatamento e financiam a pecuária bovina extensiva em toda a Amazônia, ou se apropria do discurso da sustentabilidade mas age da mesma forma que os governos das décadas de 1970 e 1980.

Historicamente o terceiro setor e a grande empresa estiveram em conflito. Este conflito persiste e em alguns casos, acirrou-se bastante¹³¹. No entanto, há diversos espaços para o diálogo. A busca comum da sustentabilidade é um destes espaços. Espaços que deverão ser construídos na medida em que cada um dos lados considera ouvir o outro, e compreende a necessidade de estabelecer um campo comum de interesses como ponto de partida.

O grande desafio é iniciar este processo, estabelecer as bases do diálogo, definir agendas de longo prazo, priorizar o entendimento para que as possíveis desavenças não sejam levadas à justiça e não inviabilizem o diálogo entre as partes.

Há duas décadas o setor empresarial contribui como patrocinador, apoiador ou financiador de iniciativas do terceiro setor (prêmios, projetos educativos, publicações, eventos, campanhas, etc.). Na década de 1980 a Fundação SOS Mata Atlântica¹³² foi uma das pioneiras no país em buscar novas formas de cooperação entre o meio empresarial e o terceiro setor.

Na década de 1990 surge uma nova modalidade de organizações do terceiro setor: o empreendedorismo social¹³³. Entre os líderes apoiados pela Fundação AVINA¹³⁴ e pela Ashoka na Amazônia pode-se citar o trabalho de Eugênio Scannavino, no

¹³⁰ Santos, Boaventura de Sousa, “A justiça social vai obrigar a que se comprometa com a justiça cognitiva”, Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Ano 3 - nº. 8 - outubro de 2005.

¹³¹ Por exemplo, entre os índios Xicrin e a VALE, entre a Cargill e os movimentos ambientalistas de Santarém (Frente de Defesa da Amazônia - FDA), entre o movimento dos atingidos por barragens em Tucuruí e a ELETRONORTE, entre os candidatos a construir as usinas hidrelétricas do Madeira, Camargo Correio e Odebrecht, e os movimentos sociais da região, entre grandes indústrias e minerações e movimentos sociais ou ONGs etc.

¹³² A Fundação SOS Mata Atlântica foi pioneira na mega-campanha de sensibilização pública (public awareness) questionando o modelo de ocupação do bioma Mata Atlântica, com o tema “Estão tirando o verde de nossa terra” de 1986 a 1990, há mais de vinte anos, e entre seus coordenadores estava João Meirelles Filho, atual diretor geral do Instituto Peabiru.

¹³³ Segundo a Fundação Ashoka “o empreendedor social da Ashoka é uma pessoa visionária, criativa, prática e pragmática; que sabe como ultrapassar obstáculos para criar mudanças sociais significativas e sistêmicas. Possui uma proposta verdadeiramente inovadora, já com resultados de impacto social positivo na região onde atua, e demonstra estratégias concretas para disseminação dessa idéia nacional e/ou internacionalmente” www.ashoka.org.br

¹³⁴ Avina – www.avina.net

Projeto Saúde e Alegria, em Santarém, Adalberto Veríssimo, do IMAZON, de Belém e José Araújo da Paixão no Centro de Comunidades Afro-descendentes do Amapá, de Macapá.

Na Amazônia, em geral, na Amazônia Oriental em especial e, no Pará, em particular, o surgimento ou o direcionamento de organizações do terceiro setor dedicadas à sustentabilidade, é bastante recente e restrito a poucas organizações. A maior parte das organizações sociais e ambientais nas décadas de 1970 e 1980 estava voltada ao enfrentamento dos desmandos da ditadura militar e as conseqüências de suas políticas sociais e econômicas¹³⁵.

A pesquisadora Berta Becker¹³⁶ acredita que, na Amazônia “o movimento ambientalista foi muito importante, fundamental, eu diria. Ele foi o responsável por barrar o avanço da fronteira agrícola e a depredação madeireira da região amazônica nos anos 90. Certamente atingiu os objetivos a que se propunha. Hoje, 30% do território amazônico está protegido, o equivalente à área da Espanha. Mas o mundo mudou e a Amazônia também, assim como os atores envolvidos. Agora eles precisam de trabalho, emprego, dinheiro, pois querem consumir produtos e serviços, desejam fazer parte da nação, como qualquer outro cidadão. Não dá mais para pensar que basta proteger áreas para solucionar os problemas, porque os conflitos aumentam e resultam em casos e mais casos de violência e morte. Não basta delimitar áreas protegidas para solucionar a questão da Amazônia. É necessário passar do preservacionismo para o conservacionismo”.

Dezenas de pequenas organizações ambientalistas e sociais¹³⁷ e centenas de associações comunitárias se formam a partir do relatório Brutland¹³⁸ e a Eco92¹³⁹, porém sua capacidade de ação somente se consolida na medida em que se formam redes (voltadas para questões territoriais ou temáticas).

O que se observa é que seu financiamento está bastante atrelado ao poder público e a políticas públicas relacionadas à cooperação internacional (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG-7)¹⁴⁰, o PDA e outros, especialmente a partir dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva.

¹³⁵ Há os trabalhos heróicos de movimentos sociais como a Federação de Assistência Social FASE, no Maranhão e Pará, os movimentos dos seringueiros no Acre, os movimentos sociais urbanos como UNIPOP, Emaús e ambientalistas como SOPREN (dos anos 1960) em Belém, apenas para citar alguns.

¹³⁶ IPEA e PNUD, Revista Desafios do Conhecimento, 2007, entrevista a Maysa Provedello

¹³⁷ É preciso diferenciar a criação de ONGs – organizações associativas com agendas sociais, ambientais e culturais daquelas associações de base comunitária (associadas a territórios e comunidades bastante limitadas), usualmente relacionadas a comunidades tradicionais e com uma base territorial bastante precisa e específica.

¹³⁸ O Relatório Brutland, das Nações Unidas.

¹³⁹ Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, que

¹⁴⁰ Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia – www.mct.gov.br/prog/ppg7 – “O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 foi proposto na reunião do Grupo dos Sete países industrializados (G-7), em Houston, Texas (EUA), em 1990. Foi aprovado pelo G-7 e pela Comissão Européia em dezembro de 1991 e lançado oficialmente no Brasil em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92. Trata-se de uma iniciativa do governo e da sociedade brasileira em parceria com a comunidade internacional, que visa à formulação e à implantação de políticas para a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e da Mata Atlântica. Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, o PPG7 é implementado por meio de parcerias em diferentes níveis, envolvendo órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e setor privado”.

O Instituto Peabiru¹⁴¹ estima, de maneira preliminar, que haja na Amazônia menos de 500 organizações com agenda social ou ambiental relacionadas à questão amazônica e outras 2.000 associações comunitárias no meio rural e peri-urbano. Estes números são bem menores do que aqueles levantados por políticos ou militares apresentam quando buscam associar as ações que limitam o “desenvolvimento” da região.

Entre as ONGs há dois padrões básicos¹⁴²: **grupo 1** - aquelas **profissionalizadas** (que possuem equipe permanente contratada, orçamento anual, contratos com financiadores etc.) e, **grupo 2** - aquelas que trabalham a partir da contribuição de **voluntários**, na verdade, a imensa maioria¹⁴³. Entre as profissionalizadas não há mais que cem organizações em toda a Amazônia com a sustentabilidade em sua agenda. Pode-se citar outro grupo, o **grupo 3** - as **redes**, que articulam diversos movimentos com base étnica (indígenas, quilombolas), temática (agroecologia, babaçu, várzea etc.) ou territorial: a REBRAf - Rede Brasileira de Agroecologia, a ABONG – Associação Brasileira de ONGs¹⁴⁴, o FAOR – Fórum da Amazônia Oriental¹⁴⁵; dedicadas às questões de grandes barragens hidrelétricas são a Coalizão Rios Vivos, a Rede Internacional de Rios. A COICA – Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica está entre as ONGs dedicadas à questão indígena, As redes mostraram-se mais eficientes no disseminar informações, discutir as grandes questões. No entanto, estas redes têm dificuldade em possuir corpo funcional próprio e gerenciar programas e projetos.

Provavelmente, a mais abrangente e influente seja a Aliança dos Povos da Floresta, criada no Acre em 1987 e que, segundo a própria, “retoma sua caminhada histórica sob a coordenação colegiada de três das maiores redes sociais do Brasil e da Amazônia: a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB; o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, organização berço de Chico Mendes; e o grupo de Trabalho Amazônico - GTA. Juntas, essas três entidades representam mais de 1.100 organizações e movimentos sociais da Amazônia e das demais florestas brasileiras”.

A Rede GTA – Grupo de Trabalho da Amazônia¹⁴⁶, criado em 1992, que hoje reúne mais de 602 organizações e redes do movimento social, ambiental e de pesquisa e que contribui para o diálogo do movimento. A União das Nações Indígenas e o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS¹⁴⁷, com larga abrangência na região, o Movimento Nacional dos Pescadores, O Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB são outros exemplos.

¹⁴¹ A partir de seus trabalhos no Programa Amazônia Sustentável, financiado pela AVINA.

¹⁴² Muitas vezes se confundem as estruturas sindicais e cooperativas com aquelas do terceiro setor.

¹⁴³ Há organizações pioneiras na região como a SOPREN.

¹⁴⁴ A Associação Brasileira de ONGs é uma das principais redes do terceiro setor no Brasil, que publica um boletim eletrônico de grande relevância, De Olho em Brasília – www.abong.org.br

¹⁴⁵ O FAOR, fundada em 1993 é uma rede com diversos movimentos sociais do AP, MA, PA e TO, www.faor.org.br é responsável pelo Observatório da Cidadania: ampliando o controle social sobre as políticas públicas na Amazônia Oriental, em parceria com o IBASE – www.ibase.org.br

¹⁴⁶ A rede GTA segundo seu web-site: “está estruturado em nove Estados da Amazônia Legal e dividido em dezoito coletivos regionais. Fazem parte da Rede GTA organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais que representam seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, ribeirinhos, comunidades indígenas, agricultores familiares, quilombolas, mulheres, jovens, rádios comunitárias, organizações de assessoria técnica, de direitos humanos e de meio ambiente. www.gta.org.br

¹⁴⁷ CNS – www.cnsnet.org.br

Vale destacar a existência de pelo menos 300 ONGs relacionadas à causa indígena, gerida pelas próprias nações indígenas, em sua maior parte, de cunho comunitário e abrangência local¹⁴⁸.

No **Grupo 1** – das organizações profissionalizadas, em geral direcionadas a propósitos específicos, e que se especializam ao correr do tempo diante da vastidão da agenda sócio-ambiental e da impossibilidade de atender a todos e em todos os cantos, estão entidades como o Projeto Saúde e Alegria, no baixo Tapajós, a Fundação Vitória Amazônica, em Manaus e atuando no Parque Nacional do Jaú, a SOS Amazônia, em Rio Branco e atuando em unidades de conservação no Acre, especialmente no Parque Nacional da Serra do Divisor.

Pesquisadores, saindo da academia ou buscando complementar o seu trabalho, criam organizações na própria universidade, como o Programa de Meio Ambiente e Pobreza – POEMA, na Universidade Federal do Pará, ou novas organizações, com fortes parcerias e apoio internacional, especializadas como o IMAZON - ¹⁴⁹, o IPAM¹⁵⁰ – que se tornam importantes geradores de estudos (think tanks) sobre o avanço do modelo de desenvolvimento, cenários possíveis, e que se tornam protagonistas de novas propostas de desenvolvimento.

Criam-se organizações para atender questões específicas, como aquelas voltadas para o desenvolvimento agrário, entre os quais estão a ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, importante nas questões fundiárias e relacionadas ao babaçu, a Fundação Floresta Tropical (atualmente Instituto Floresta Tropical), no Pará, direcionada à capacitação na área florestal, Os Novos Curupiras, que atua em Soure, no Marajó e Ananindeua, além de outras organizações em Altamira, Marabá e Santarém.

Presentes na Amazônia há organizações que possuem sede em outras regiões do país, notadamente no Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro principalmente) e em Brasília. Marcantes são a atuação do Instituto Sócio-Ambiental – ISA, presente no alto Rio Negro e no entorno do Parque Indígena do Xingu, da Comissão Pró-Índio – CPI, auxiliando quilombolas e índios em seu empoderamento, do Ibens, com parcerias em diversos pontos da Amazônia visando negócios sustentáveis, além da presença da FUNATURA, de Brasília, do Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPE, de São Paulo, da Gaia (do Rio Grande do Sul) que atuou no Amazonas, entre outros.

Outra característica da Amazônia é a presença de organizações internacionais, que criam personalidade jurídica local, especialmente na área ambiental, tanto as ativistas como o Greenpeace, como aquelas parcialmente ativistas como o WWF, até aquelas de caráter mais científico como a The Nature Conservancy e a Conservation International (Conservação Internacional), o Instituto Floresta Tropical (vinculado à Tropical Forest Foundation)¹⁵¹.

Mirando o **Grupo 1 (ONGs profissionalizadas)** e o **Grupo 3 (Redes)**, pode-se distinguir claramente três correntes de ONGs. O objetivo aqui não é classificar a organização, carimbando-a com esta ou aquela “classe” e sim procurar compreender formas de associação ao universo das empresas. O presente trabalho, para ser completo deveria considerar a interação com estas organizações, para que estas respondessem como se situam em um cenário a ser proposto.

¹⁴⁸ É difícil precisar aquelas se encontram ativas ou inativas, e seu grau de influência e abrangência – se local, regional, nacional ou internacional.

¹⁴⁹ Imazon – www.imazon.org.br, Ipam – www.ipam.org.br, Assema – www.assema.org.br

¹⁵⁰ O IPAM possui importante relação com o Woodshole Institute, dos Estados Unidos

¹⁵¹ www.fft.org.br

Assim, aqui se propõe mirar a relação das organizações com o grande capital em três segmentos:

Segmento A – questionam o capitalismo - *organizações de base declaradamente socialista ou de outros fundamentos político-sociais que, por questões de princípio questionam o sistema econômico vigente, e não se aliam ao grande capital.*

Provavelmente neste segmento estejam organizações como o MST, o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, Movimento dos Atingidos por barragens – MAB, entre outros;

Segmento B – questiona as corporações na Amazônia – *um segundo segmento seria daquelas organizações que questiona a presença da grande empresa na Amazônia.*

Provavelmente estejam neste segmento a Associação Argonautas Ambientalistas da Amazônia (PA), Amigos da Terra (SP), o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, a FASE (PA), a Associação Civil Greenpeace (AM), entre outros;

Segmento C – *aceita trabalhar com corporações na Amazônia – este grupo já recebeu, recebe e receberia recursos de empresas, naturalmente segundo uma agenda precisa e condições transparentes de cooperação e trabalho¹⁵². São organizações que acreditam que o diálogo com o grande capital, até o momento, vale a pena: onde se inserem, segundo sua sede ou escritórios, 43 organizações:*

- *Acre: Amazon Link (Rio Branco), SOS Amazônia (Rio Branco), Fundo Mundial da Natureza – WWF (escritório - Rio Branco);*
- *Amapá: CCADA – Conselho das Comunidades Afro-descendentes do Amapá;*
- *Amazonas: Instituto Mamirauá (Tefé), Instituto Sócio-Ambiental – ISA (escritório - São Gabriel da Cachoeira), Fundação Vitória Amazônica (Manaus), Instituto Iraquara (Boa Vista do Ramos), Instituto de Permacultura da Amazônia – IPA (Manaus); e como instituições internacionais: CARE (escritório – Manaus);*
- *Pará: Amazon Paper (Belém), Casa de Cultura de Marabá (Marabá), Conselho de Democratização da Informática – CDI (escritório - Belém), Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras (Ananindeua), Fundação Zôo-botânica de Marabá (Marabá), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON (Belém), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM (Belém), Instituto Peabiru (Belém), Programa de Meio Ambiente e Pobreza – POEMA (UFPA) (Belém), Projeto Saúde e Alegria – PSA (Santarém), Rádio Margarida (Belém), Sociedade Bíblica Brasileira (Belém); e como organizações internacionais: Instituto Floresta Tropical – IFT (Belém), The Nature Conservancy (Belém – Programa Amazônia), Conservação Internacional (Conservation International) (Bioma Amazônia);*
- *Mato Grosso: Fundação Ecotrópica (Cuiabá), Fundação Cristalino (Alta Floresta), Instituto Centro de Vida – ICV (Alta Floresta).*

Com sede fora da região, sem escritório na área:

do estado de São Paulo: Associação Expedição Vagalume, Associação Projeto Bagagem, Comissão Pró-Índio – CPI, Instituto Brasileiro de Negócios Sustentáveis -

¹⁵² Considera-se que as organizações que receberam recursos da Petrobras estão nesta classe.

IBENS, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - IMAFLORA; Instituto de Pesquisas Ecológicas – Ipê, Universidade Solidária; de Minas Gerais: Conservation Strategy Fund do Brasil – CSF (Lagoa Santa), Fundação Biodiversitas (Belo Horizonte); do Distrito Federal – a FUNATURA, Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB; do Rio de Janeiro: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS, Instituto de Estudos da Religião - ISER, PRONATURA; do Rio Grande do Sul – Fundação Gaia; Certamente esta lista está incompleta e deverá ser complementada futuramente. Aqui não estão inseridas as organizações financiadoras, como a Ashoka (São Paulo), Fundação Avina (escritório em Manaus), Brazil Foundation (Rio de Janeiro), FIDESA (Belém), Fundação O Boticário (Curitiba) e as organizações empresariais (Fundação ORSA, Fundação Alcoa, Instituto Amazônia Celular) e as associações de empresários ou empresas (ICE – Instituto de Cidadania empresarial, GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas, ETHOS, todas em São Paulo entre outros) ou de associações empresariais locais ou regionais (CDLs, Associações Comerciais, Federações de Agricultura, Comércio e Indústria).

Resultados do diálogo de empresas e ONGs na Amazônia

De uma maneira simples, apenas visando exemplificar, sem a pretensão de demonstrar teses ou aprofundar, apresentamos, a seguir, alguns exemplos de diálogo entre o setor privado e o terceiro setor visando a sustentabilidade. Trata-se certamente de uma lista incompleta e preliminar, que merece ser aprimorada:

- *O diálogo entre a Natura Cosméticos e a Associação Ver As Ervas em função do acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade de ativos da natureza¹⁵³, onde o Instituto Peabiru colaborou;*
- *A apresentação do mineroduto de Paragominas, com a participação da Rádio Margarida¹⁵⁴;*
- *O diálogo entre a Natura e a comunidade de Boa Vista do Acará (Acará, PA) para a repartição de benefícios do acesso ao conhecimento do patrimônio genético da priprioca, que contou com a colaboração do Instituto Peabiru;*
- *O trabalho pioneiro e de longo prazo da ProNatura International e a Peugeot em Juruena, Mato Grosso na recuperação de área degradada;*
- *A indústria processadora de açaí, a Sambazon, iniciou uma parceria com o Instituto Peabiru para medir os impactos ambientais e sociais da coleta do açaí no estuário do Amazonas, que por sua vez envolveu organizações de pesquisa (Museu Goeldi, IEPA, UNIFAP) e pesquisadores independentes;*
- *A atuação da Petrobras em Urucu procurando interagir com atores locais, preocupando-se, inclusive com seu impacto na prostituição e exploração*

¹⁵³ No caso específico, de priprioca, breu branco e cumaru.

¹⁵⁴ A Rádio Margarida é uma ONG sediada em Belém – www.radiomargarida.org.br que trabalha a comunicação popular.

infantil, vide trabalho realizado com a Agência Uga-Uga de Direitos da Infância¹⁵⁵;

- *A atuação da Petrobras no programa Petrobras De Olho no Ambiente, buscando estabelecer a agenda 21 local em comunidades do entorno onde possui instalações, tanto no Pará (em parceria com o Instituto Peabiru) e no Amazonas;*
- *A ALCOA buscou o Projeto Saúde e Alegria¹⁵⁶ para contribuir na área do entorno da mina de alumínio em Juruti, Pará;*
- *O IPAM e o Grupo Amaggi e a Aliança da Terra buscam definir os princípios para o exercício da pecuária e cultivo da soja no norte de Mato Grosso;*
- *A The Nature Conservancy¹⁵⁷ procura dialogar com os pecuaristas no Mato Grosso e com plantadores de soja na região de Santarém, para definir padrões aceitáveis de sustentabilidade;*
- *O Instituto Sócio-Ambiental – ISA¹⁵⁸ – realiza a campanha “Y Katu Xingu – salve a água boa do Xingu – uma campanha de responsabilidade socioambiental compartilhada” para definir um novo modelo de ocupação das cabeceiras dos rios que demandam o Parque Indígena do Xingu. Esta área está sendo ocupada pela pecuária bovina extensiva e a soja.*
- *A Conservation International¹⁵⁹ estabeleceu parceria de longo prazo com a ALCOA para apoiar o fortalecimento de unidades de conservação;*
- *O IMAZON em parceria com o setor madeireiro e o governo estadual no Pará e o governo federal tem conseguido diversos avanços para estimular o manejo sustentável, incluindo-se o apoio à criação ao Instituto Nacional de Florestas, a nível federal, e o IDEFLOR, no estado do Pará.*

Certamente esta lista está incompleta e desatualizada, e outros exemplos poderão ser apresentados e mereceriam ser melhor estudados e suas dimensões compreendidas, seja para inspirar novas ações, seja para melhor se compreender os resultados deste diálogo, seus pontos positivos e negativos, conquistas e fracassos. Naturalmente, este diálogo envolve, muitas vezes, comunidades tradicionais, centros de educação e pesquisa, órgãos públicos, associações empresariais e outros setores da sociedade.

¹⁵⁵ www.agenciaugauga.org.br

¹⁵⁶ O Projeto Saúde e Alegria – PSA – www.saudeealegria.org.br

¹⁵⁷ A The Nature Conservancy – ww.tnc.org.br

¹⁵⁸ O ISA – www.yikatuxingu.org.br/home

¹⁵⁹ Conservação Internacional, ONG da Conservation International – www.conservacao.org.br

A agenda proposta para a Amazônia

Os desafios amazônicos

O pesquisador Marcelo Burszty procura resumir os desafios amazônicos em dez questões (*"não se trata de uma lista pretensamente completa... muitas delas nem são originais"*). Servem como eixos estruturantes do pensamento, a saber¹⁶⁰:

1. ***"Ocupar fronteiras internas já degradadas"***, especialmente o que se chama de *"arco do desmatamento"*.
2. ***"Reverter a política de colonização rural da região"*** – evitando que a Amazônia continue a receber levas de *"desavisados"*.
3. ***"Fomentar a economia sustentável da biodiversidade"*** – Burszty propõe *"a verticalização das cadeias produtivas da Amazônia pode ser obtida a partir da convergência de instrumentos econômicos e de uma política de ciência e tecnologia compatíveis para este fim. A agregação de valor à produção regional deve servir como alternativa ao uso predatório das riquezas da região e às práticas ilícitas"...*
4. ***"Reverter as práticas de dumping ecológico"*** – explica o autor *"energia para exportação, madeira barata sem manejo sustentável, pecuária de corte extensiva e soja com elevado grau de insumos químicos como ilusão de vantagem comparativa"*.
5. ***"Valorizar economia e bem-estar nas cidades"*** – garantindo *"condições sanitárias básicas e geração de empregos em atividades secundárias e terciárias"*.
6. ***"Instituir o conceito de "serviço ambiental" "*** – *"como mecanismo de remuneração das populações tradicionais da floresta e dos produtores que contribuam para a recuperação de áreas degradadas", mecanismo mais discutido que testado,*
7. ***"Intensificar a inteligência regional em escala continental"*** *"mediante fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa."*¹⁶¹
8. ***"Fortalecer a governabilidade"***.
9. ***"Criar um Selo Amazônia"*** - *que assegure a garantia da sustentabilidade.*

¹⁶⁰ O que resume Burszty pouco difere das propostas de órgãos públicos e de organizações do terceiro setor. Vide por exemplo a agenda da EMBRAPA

¹⁶¹ O eminente Ennio Candotti, presidente da SBPC em "Superávit pró-Amazônia", artigo para a Folha de São Paulo em 13.9.04 compara "A França, que está construindo um importante centro de pesquisas na Guiana Francesa, investe R\$ 600 milhões nesse projeto." a "Os nossos principais institutos de pesquisa, o Inpa (Instituto de Pesquisas da Amazônia), em Manaus, e o Museu Goeldi, em Belém, recebem juntos menos de R\$ 20 milhões para custear suas atividades de pesquisa".

10. *“Promover um amplo debate nacional com base regional” – “visando à definição de um projeto para a Amazônia que contemple horizontes de longo prazo, instruindo agendas de desenvolvimento econômico em bases sustentáveis e de desenvolvimento de ciência e tecnologia”.*

Na realidade Amazônica, entre as lições aprendidas, como aponta Marcelo Burszty¹⁶², está a do “colapso do planejamento nacional e regional”, o que faz os governos apoiarem “projetos demonstrativos” (refere-se a iniciativas de ONGs e associações comunitárias. No entanto, como aponta o pesquisador, “o desafio agora é avaliar os erros, os acertos e as efetivas condições de “replicabilidade” destes projetos. Se “é difícil encontrar na história da colonização da Amazônia exemplos de acertos memoráveis”¹⁶³ isto significa que o desafio que se apresenta é de proporções gigantescas.

Mais importante ainda, é avaliar a crescente participação da empresa privada e suas associações empresariais e redes na definição da sustentabilidade da Amazônia. Se até a década de 1980 o poder público tinha uma participação quase que exclusiva na definição dos processos políticos e sociais, a empresa privada, especialmente as corporações nas suas áreas de influência passam a ter um papel preponderante.

Anexo 1 - Bibliografia

- Sobre complexidade

Kapra, Fritjof, “A teia da vida”, Editora Cultrix, título original: “the web of life – a new scientific understanding of living systems”, 1996, 256 pg.

Morin, André “Pesquisa-ação Integral e Sistêmica – uma antropopedagogia renovada, DP & A, Rio de Janeiro, 2004

Morin, Edgar, “Ciência com consciência”, (título original: Science ave Conscience”, Fayard, 1982 e Edition Seul, 1990), Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003, 344 pg., in pg 188 a 193.

- Sobre economia, ecologia profunda e economia ecológica

Haili –Ecological Economics and Civil Society Engagement: Beyond Talking Across Disciplines, in European Ecological Economics Newsletter, jan 2007.

www.euroecolecon.org/newsletter-jan.htm

ECOECO – Sociedade Brasileira de Economia Ecológica – www.ecoeco.org.br

Sen, Amartya, “Sobre ética e economia” (título original: On ethics & economics, 1987, 1988), Cia das Letras, São Paulo, 2002, 143 pg

Soto, Hernando de, “The mystery of Capital – why capitalism triumphs in the west and fails everywhere else”, Basic Books, New York, 2000, 276 pg.

¹⁶² Op cit, pg 313. Projetos demonstrativos são “experiências identificadas como portadoras de exemplaridade e que, em sendo devidamente apoiadas, podem servir de modelo a ser adotado em maior escala. Uma constelação de projetos desta natureza está em curso, revelando diferentes graus de sucesso.”

¹⁶³ Burszty, Marcel, “Alguns temas da questão setentrional” in Sayago, Doris et alii “Amazônia cenários e cenários”, pg 297.

- Sobre meio ambiente e sociedade

Boff, Leonardo "Ecologia – grito da terra, grito dos pobres", Editora Ática, São Paulo, 1999, 341 pg.

Diamond, Jered "Collapse: how societies choose to fail or succeed", Penguin Books, London, United Kingdom, 2005, 575 pg.

Dowbor, Ladislau, "O interesse social versus o ambiental", Jornal A Gazeta Mercantil, in Opinião, , pg A3, 10.7.2007

Hawken, Paul foreword to "Nature's Operating Instructions: The True Biotechnologies", Edited by Kenny Ausubel and J. P. Harpignies, 2004.

Mendes, Armando Dias. "A casa e suas raízes – ensaios sobre ecologia, economia e 'ecomomia'", Editora CEJUP, 1996, Belém (PA). Mendes possui extensa obra sobre a região;

Santos, Boaventura de Sousa, "A justiça social vai obrigar a que se comprometa com a justiça cognitiva", Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Ano 3 - n.º. 8 - outubro de 2005

Santos, Boaventura de Sousa, "Os processos da globalização", Revista Crítica de Ciências Sociais, 2002, 71 pg.

Santos, Boaventura Sousa, "As pessoas não comem biocombustível", entrevista a Agência Brasil 03.07.2007.

Toro, Bernardo, "A construção do público: cidadania, democracia e participação", Editora Senac, Rio de Janeiro.

- Sobre Desenvolvimento

DFID (Ministério do Desenvolvimento Institucional), "Manual de orientação sobre meios de vida sustentáveis". United Kingdom

KIT/FAIDA, IIRR - Chain Empowerment – Supporting African farmers to develop Markets"

Laszlo, Ervin, "The Chaos point – the world at the crossroads", Piatkus, London, United Kingdom, 2006, 176 pg.

- Sobre Alimentação

Tudge, Colin, "Sos hall we reap – what's gone wrong with the world's food – and how to fix it", Penguin Books, London, United Kingdom, 2004, 451 pg., in pg 78

Lappé, Francês Moore, "Dieta para um pequeno planeta", Editora Ground, São Paulo, ("Diet for a Small Planet, 1st published in 1971, revised in 1982), 1985, 479 pg;

FAO – Livestock, Environment and Development Initiative LEAD – Livestock's long shadow – environmental issues and options, 2006.

- Sobre as florestas tropicais e madeira

Chomitz, Kenneth M. "At loggerheads? Agricultural expansion, poverty reduction, and environment in the Tropical Forests", The World Bank, Washington DC, EUA, 2007, 284 pg

Myers, Norman. "The Primary Source: Tropical Forest and Our Future", W. W. Norton & Company, 1984 New York, United States of America. 399pg;

Shanley, Patrícia e Medina, Gabriel, "Frutíferas e plantas úteis na Vida Amazônica", CIFOR/Imazon, Belém, 2005, 304 pg.

- Sobre o Brasil

Hollanda, Sérgio Buarque de "Raízes do Brasil", 9ª edição (1ª edição – 1936), Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1976, 154 pg.

- Sobre a questão amazônica

Ab' Saber, Aziz "Warren Dean e a memória de uma grande luta" in Dean, Warren, "A luta pela borracha no Brasil – um estudo de história ecológica", (título original: "Brazil and the struggle for rubber"), Editora Nobel, São Paulo, 1989, 286 pg
Anderson, Anthony; Clay, Jason (orgs.). "Esverdeando a Amazônia: Comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis", IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil, Ed. Fundação Peirópolis, , Brasília e São Paulo, 2002;

Arnt, Ricardo A. E Schwartzman, Stephan, "Um artifício orgânico – transição na Amazônia e ambientalismo" Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1992, 366 pg.

Becker, Berta, "Geopolítica na Amazônia", Revista de Estudos Avançados Edição 53 "Repensar a Amazônia", USP – Universidade de São Paulo, 2005.

Capobianco, João Paulo Ribeiro; Veríssimo, Adalberto; Moreira, Adriana; Sawyer, Donald; Santos, Iza dos; Pinto, Luiz Paulo (orgs.). "Biodiversidade na Amazônia Brasileira", Instituto Sócio-Ambiental e Estação Liberdade, 2001 São Paulo,;

Castro, Eduardo Viveiros, prefácio a Arnt, Ricardo A. E Schwartzman, Stephan, "Um artifício orgânico – transição na Amazônia e ambientalismo" Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1992, 366 pg.

CIFOR - Centro para a Pesquisa Florestal Internacional. "A Conexão Hamburguer Alimenta a Destruição da Amazônia"

<http://www.cifor.cgiar.org/publications/pdf_files/media/Amazon-Portugese.pdf>

Clement, Charles R. "Biodiversidade, Biopirataria e Amazônia", entrevista a Spartaco Astolfi, in Universidade de Brasília – UNB – Metas para 2015.

www.metas2015.unb.br/paginas/meioambiente5.htm

Conservation International, "Corredor de Biodiversidade do Amapá", 2006, 53 pg.

Cunha, Manoela Carneiro da, "uma visão geral da biodiversidade brasileira...",

Museu da Língua Portuguesa, São Paulo, SP, 22 pg in www.estacaodaluz.org.br

Dean, Warren, "A luta pela borracha no Brasil – um estudo de história ecológica", (título original: "Brazil and the struggle for rubber"), Editora Nobel, São Paulo, 1989, 286 pg

Governo Federal, Presidência da República, Grupo Executivo Interministerial, "Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Arquipélago do Marajó", Brasília, Distrito Federal, 26.7.2006

Greenpeace, "Eating up the Amazon", 2006

<<http://www.greenpeace.org/raw/content/international/press/reports/eating-up-the-amazon.pdf>>

Homma, Alfredo Kingo Oyama, "Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição?", USP, Revista Estudos Avançados, vol.19 no.54 São Paulo Aug. 2005, DOSSIÊ AMAZÔNIA BRASILEIRA II

IMAZON, O estado da Amazônia,

Leite, Rogério Cezar de Cerqueira, "Extermínio a crédito", Folha de São Paulo, São Paulo, 1/1/2007, artigo.

Medina, Gabriel e Shanley, Patrícia "Pequenos favores por grandes árvores: madeireiros e comunidades da Amazônia", artigo, 2006

Megggers, Betty. "Amazônia: a ilusão de um paraíso", Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.

Meirelles Filho, João, "O livro de ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta".: Ediouro, , Rio de Janeiro, (5ª edição), 2006, 444 pg.

Miragaya, Júlio "Impacto da soja na incorporação de novas terras à atividade agrária na Amazônia Meridional e Oriental", Conselho Federal de Economia, 2007.

Pinto, Lúcio Flávio, Jornal Pessoal 07.2007, No 395, Ano XX, pg 2

Prance, Ghillean T.; Lovejoy, Thomas E. "Amazônia", Pergamon Press, London, United Kingdom, 1985, 442 pg.

Puty, C, almeida, O. e Rivero, S, "A produção mecanizada de grãos e seu impacto no desmatamento da Amazônia" Revista Ciência Hoje, No 239, Vol. 40, julho de 2007.

Sayago, Doris, Tourrand, Jean-François e Bursztyn, Marcel, organizadores, "Amazônia cenas e cenários", Editora UNB, Brasília, DF, 2004, 382 pg.

Andrade, Mário. "O turista aprendiz", 1926.

Anexo 2 - Siglas de organizações

BASA – Banco da Amazônia SA (sigla atualmente em desuso)

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CGEN – Comissão do Patrimônio Genético (IBAMA)

CIFOR – Centro para a Pesquisa Florestal Internacional

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CSF – Conservation Strategy Fund

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

ESG – Escola Superior de Guerra

FAO – Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo

FINAM – Fundo de Investimento para a Amazônia

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FSC – Conselho de Manejo Sustentável (Forest Stewardship Council)

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GTA – Grupo de Trabalho da Amazônia

IBAMA – Instit. Brasi. de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPA – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do estado do Amapá

IMAFLOA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

IPE – Instituto Ipê de Pesquisas Ecológicas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

ISA – Instituto Socio-ambiental
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
OMS – Organização Mundial de Saúde
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG 7 – Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais
PSA – Projeto Saúde e Alegria
RENTAS - Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPEVEA – Superintend. do Programa de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUDHEVEA – Superintendência de Desenvol. da Heveacultura da Amazônia
TNC – The Nature Conservancy
UFAC – Universidade Federal do Acre
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
USP – Universidade de São Paulo
WWF – Fundo Mundial da Natureza